

FOLHA DO ESTADO

DA BAHIA

Presente nos 417 municípios baianos, NFC-e já tem mais de 70 mil emissores

Presente em todos os 417 municípios do estado e emitida por mais de 70 mil empresas, a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) alcançou a marca de 84,8 milhões de documentos gerados na Bahia durante o mês de setembro, dos quais 67%, ou 57,2 milhões, saíram de contribuintes localizados no interior. Com 27,6 milhões de NFC-es emitidas em setembro, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos gerados, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA).

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de setembro conta com municí-

pios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 4,75 milhões de notas, Lauro de Freitas, com 2,71 milhões, Vitória da Conquista, com 2,70 milhões, e Camaçari, com 2,50 milhões. Completam o grupo dos municípios com maior volume de notas emitidas Itabuna (1,91 milhão), Porto Seguro (1,74 milhão), Ilhéus (1,60 milhão), Juazeiro (1,43 milhão) e Teixeira de Freitas (1,32 milhão).

“O número de notas fiscais do consumidor eletrônicas vem se ampliando, e a Secretaria da Fazenda está preparada para fazer o armazenamento e o processamento destes dados, ampliando a eficácia da fiscalização”, afirma o

secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.

O secretário lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz-BA, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para ampliar a base de análise do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já ultrapassou a marca de 350 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site (precodahora.ba.gov.br) sem custo.

FOLHA DO ESTADO
DA BAHIA

Municípios

[todas as notícias](#) >

NFC-e já tem mais de 70 mil emissores na Bahia

Ferramentas está presente nos 417 municípios baianos

24/11/2020 às 03:14h



Crédito: Elói Corrêa/GOVBA

Presente em todos os 417 municípios do estado e emitida por mais de 70 mil empresas, a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) alcançou a marca de 84,8 milhões de documentos gerados na Bahia durante o mês de setembro, dos quais 67%, ou 57,2 milhões, saíram de contribuintes localizados no interior. Com 27,6 milhões de NFC-es emitidas em setembro, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos gerados, de acordo com a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de setembro conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 4,75 milhões de notas, Lauro de Freitas, com 2,71 milhões, Vitória da Conquista, com 2,70 milhões, e Camaçari, com 2,50 milhões. Completam o grupo dos municípios com maior volume de notas emitidas Itabuna (1,91 milhão), Porto Seguro (1,74 milhão), Ilhéus (1,60 milhão), Juazeiro (1,43 milhão) e Teixeira de Freitas (1,32 milhão).

“O número de notas fiscais do consumidor eletrônicas vem se ampliando, e a Secretaria da Fazenda está preparada para fazer o armazenamento e o processamento destes dados, ampliando a eficácia da fiscalização”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

O secretário lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz-BA, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para ampliar a base de análise do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já ultrapassou a marca de 350 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site precodahora.ba.gov.br, sem custo.

Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade não vale somente para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos nove meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje quase 575 mil participantes em todo o estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 34,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica Manoel Vitório.

NFC-e

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-BA, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site da secretaria, clicando em “Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica” > “Como se tornar emissor de NFC-e”.



A BAHIA, O BRASIL E O MUNDO A UM CLIQUE DE DISTÂNCIA!

Presente nos 417 municípios baianos, NFC-e já tem mais de 70 mil emissores

24 de novembro de 2020



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Presente em todos os 417 municípios do estado e emitida por mais de 70 mil empresas, a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) alcançou a marca de 84,8 milhões de documentos gerados na Bahia durante o mês de setembro, dos quais 67%, ou 57,2 milhões, saíram de contribuintes localizados no interior. Com 27,6 milhões de NFC-es emitidas em setembro, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos gerados, de acordo com a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de setembro conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 4,75 milhões de notas, Lauro de Freitas, com 2,71 milhões, Vitória da Conquista, com 2,70 milhões, e Camaçari, com 2,50 milhões. Completam o grupo dos municípios com maior volume de notas emitidas Itabuna (1,91 milhão), Porto Seguro

(1,74 milhão), Ilhéus (1,60 milhão), Juazeiro (1,43 milhão) e Teixeira de Freitas (1,32 milhão).

“O número de notas fiscais do consumidor eletrônicas vem se ampliando, e a Secretaria da Fazenda está preparada para fazer o armazenamento e o processamento destes dados, ampliando a eficácia da fiscalização”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

O secretário lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz-BA, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para ampliar a base de análise do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que [já ultrapassou a marca de 350 mil usuários](#). O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site precodahora.ba.gov.br, sem custo.

Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade não vale somente para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos nove meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha [Nota Premiada Bahia](#) e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje quase 575 mil participantes em todo o estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 34,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica Manoel Vitório.

NFC-e

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no

momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-BA, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no [site da secretaria](#), clicando em "Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica" > "Como se tornar emissor de NFC-e".

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: RÁDIO SANTA CRUZ (1090 AM - ILHÉUS)	
Data: 24/11/2020	Programa: PATRULHANDO A CIDADE
Assunto: <u>NFC-e</u> alcançou a marca de 84,8 milhões de documentos gerados na Bahia em setembro. <u>Cita a Sefaz.</u>	

Data: 24/11/2020

Hora: 15:56:45

Duração: 01:15

Emissora: RÁDIO SANTA CRUZ (1090 AM - ILHÉUS)

Programa: PATRULHANDO A CIDADE

Apresentador (a): ANDERSON OLIVEIRA

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: NFC-e alcançou a marca de 84,8 milhões de documentos gerados na Bahia em setembro. Cita a Sefaz.

A TARDE

Hospital Metropolitano em Lauro de Freitas poderá ser gerido pelo Albert Einstein por meio de PPP



A unidade hospitalar de possui 265 leitos, sendo 70 de UTI

O secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, se reuniu com dirigentes do Hospital Israelita Albert Einstein, nessa terça-feira (24), em São Paulo, para apresentar a modelagem **da Parceria Público Privada (PPP)**, que será lançada pelo governo baiano ainda este ano, a fim de gerir e ampliar o Hospital Metropolitano, localizada no município de Lauro de Freitas. A unidade possui 265 leitos, sendo 70 de UTI, e terá a sua gestão licitada na Bolsa de Valores, com o objetivo de atrair hospitais de excelência para a sua gestão.

De acordo com o gestor estadual, “a relação da Secretaria da Saúde da Bahia com o Einstein vêm sendo construída ao longo dos dois últimos anos. “O hospital paulista tem prestado consultoria na área de gestão hospitalar a fim de aumentar a eficiência da rede estadual”, afirmou Vilas-Boas.

O Einstein é uma das cinco entidades de excelência que integram o Programa de Desenvolvimento de Apoio Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), responsável por projetos em parceria com o Ministério da Saúde e demais entes federados em prol de fortalecer e aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS). O programa é fundamentado na expertise dos hospitais de excelência e atua nas áreas de capacitação, incorporação de tecnologia, pesquisa e gestão em serviços de saúde.

Além do perfil assistencial e da modelagem econômico-financeira da PPP do Hospital Metropolitano, foram apresentados os investimentos já realizados e os que deverão ser empreendidos após a concessão. O encontro contou com a participação do CEO do hospital, Henrique Sutton Neves, da Diretora de Consultoria, Anarita Buffé, e do diretor-superintendente do Instituto Israelita de Responsabilidade Social, Guilherme Schettino.

Hospital Metropolitano

Entre obras e equipamentos, a unidade recebeu investimentos superiores a R\$ 173 milhões e iniciará a operação no primeiro trimestre de 2021. O hospital é de grande porte, com 27.900 metros quadrados de área construída e seis pavimentos. A unidade será referência para casos de urgência e emergência, trauma (particularmente o trauma raquimedular), acidente vascular cerebral (AVC), neurologia, medicina nuclear e contará com dez salas de cirurgia.

Um dos destaques do projeto é a área de alta complexidade Cardio e neurovascular, com Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico e angioplastia. O hospital também implantará o programa de transplante de fígado e cirurgias bariátricas para pacientes diabéticos. (Informações da ASCOM/SESAB)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/11/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 25 de Novembro de 2020 - 07:00

Hospital Albert Einstein pode gerir Hospital Metropolitano através de PPP

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, esteve em São Paulo nessa terça-feira (24) para se reunir com dirigentes do Hospital Israelita Albert Einstein. O titular da Sesab apresentou a modelagem da Parceria Público-Privada (PPP) que será lançada pelo governo baiano ainda este ano, com o propósito de gerir e ampliar o Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas. O Einstein é um candidato a gerir a unidade.

“A relação da Secretaria da Saúde da Bahia com o Einstein vem sendo construída ao longo dos dois últimos anos. O hospital paulista tem prestado consultoria na área de gestão hospitalar, a fim de aumentar a eficiência da rede estadual”, ressalta Vilas Boas.

O Einstein é uma das cinco entidades de excelência que integram o Programa de Desenvolvimento de Apoio Institucional do Sistema Unico de Saúde (Proadi-SUS), responsável por conduzir projetos em parceria com o Ministério da Saúde e demais entes federados para fortalecer e aprimorar o SUS. O programa atua nas áreas de capacitação, incorporação de tecnologia, pesquisa e gestão em serviços de saúde.

De acordo com a Sesab, além do perfil assistencial e da modelagem econômico-financeira da PPP em questão, foram apresentados os investimentos já realizados e os que ainda deverão ser empreendidos após a concessão. A reunião contou com a participação do CEO do hospital, Henrique Sutton Neves, da diretora de Consultoria, Anarita Buffé, e do diretor-superintendente do Instituto Israelita de Responsabilidade Social, Guilherme Schetino.

HOSPITAL METROPOLITANO

Com 265 leitos, sendo 70 de UTI, a gestão do Hospital Metropolitano será licitada na Bolsa de Valores, como forma de atrair hospitais de excelência para sua gestão. A unidade recebeu investimentos que superam a marca dos R\$ 173 milhões entre obras e equipamentos entregues. São 27.900 m² de área construída e seis pavimentos, portanto, se trata de um hospital de grande porte.

Prevista para ter sua operação iniciada no primeiro trimestre de 2021, ela será referência para casos de urgência e emergência, trauma, acidente vascular cerebral, neurologia e medicina nuclear. Serão 10 salas de cirurgia e um dos destaques do projeto é a área de alta complexidade cardio e neurovascular, com a Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico e angioplastia. O hospital também vai implantar o programa de transplante de fígado e cirurgias bariátricas para pacientes diabéticos.

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 25/11/2020	



HOSPITAL ALBERT EINSTEIN PODE GERIR HOSPITAL METROPOLITANO



25 Novembro, 2020

O secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, se reuniu nessa terça-feira (24), em São Paulo, com dirigentes do Hospital Israelita Albert Einstein, para apresentar a modelagem da **Parceria Público Privada (PPP)** que será lançada pelo governo baiano ainda este ano, a fim de gerir e ampliar o Hospital Metropolitano. A unidade fica no município de Lauro de Freitas e possui 265 leitos, sendo 70 de UTI, e terá sua gestão licitada na Bolsa de Valores, com o objetivo de atrair hospitais de excelência para sua gestão.

De acordo com o secretário, “a relação da Secretaria da Saúde da Bahia com o Einstein vêm sendo construída ao longo dos dois últimos anos. “O hospital paulista tem prestado consultoria na área de gestão hospitalar a fim de aumentar a eficiência da rede estadual”, afirma Vilas-Boas.

O Einstein é uma das cinco entidades de excelência que integram o Programa de Desenvolvimento de Apoio Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), responsável por projetos em parceria com o Ministério da Saúde e demais entes federados em prol de fortalecer e aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS). O programa é fundamentado na expertise dos hospitais de excelência e atua nas áreas de capacitação, incorporação de tecnologia, pesquisa e gestão em serviços de saúde.

Além do perfil assistencial e da modelagem econômico-financeira da PPP do Hospital Metropolitano, foram apresentados os investimentos já realizados e os que deverão ser empreendidos após a concessão. O encontro contou com a participação do CEO do hospital, Henrique Sutton Neves, da Diretora de Consultoria, Anarita Buffé, e do Diretor-Superintendente do Instituto Israelita de Responsabilidade Social, Guilherme Schetinno.

Foto: Divulgação/ Sesab

Metro1

Saúde

Governo tenta PPP com Hospital Albert Einstein para gestão do Hospital Metropolitano

e acordo com o chefe da pasta, a unidade localizada no município de Lauro de Freitas possui 265 leitos, sendo 70 de UTI



Foto: Manu Dias/GOVBA

Por **Metro1** no dia 25 de Novembro de 2020 · 07:20

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, teve reunião em São Paulo, ontem, com dirigentes do Hospital Israelita Albert Einstein, para apresentar a modelagem da **Parceria Público Privada (PPP)** que será lançada pelo governo baiano ainda este ano, a fim de gerir e ampliar o Hospital Metropolitano.

De acordo com o chefe da pasta, a unidade localizada no município de Lauro de Freitas possui 265 leitos, sendo 70 de UTI, e terá sua gestão licitada na Bolsa de Valores, com o objetivo de atrair hospitais de excelência para sua gestão.

O Einstein é uma das cinco entidades de excelência que integram o Programa de Desenvolvimento de Apoio Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), responsável por projetos em parceria com o Ministério da Saúde e demais entes federados em prol de fortalecer e aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS). O programa é fundamentado na expertise dos hospitais de excelência e atua nas áreas de capacitação, incorporação de tecnologia, pesquisa e gestão em serviços de saúde.



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faeconosco)

quarta-feira, 25 de novembro de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

Primeiro leilão eletrônico do Estado arrecadou R\$ 3,77 milhões

Certame realizado pela internet contou com uma participação maior de interessados e atingiu ágio de 148%

Ascom Saeb , Salvador | 24/11/2020 às 19:20

A Secretaria da Administração (Saeb) realizou, ontem (23), o Leilão número 001/2020, primeiro certame do Estado realizado pela internet para venda de bens públicos. Todos os 244 lotes foram arrematados, gerando uma arrecadação R\$ 3,77 milhões, com um ágio de 148%. O Leilão pela web teve como objetivo a prevenção ao Coronavírus, mas a transmissão on-line também proporcionou uma participação maior de interessados e ajudou a elevar a arrecadação.

Os 244 lotes apregoados eram compostos por itens como veículos, material de informática, bens apreendidos, móveis, dentre outros. O lote arrematado pelo maior valor foi de materiais eletrônicos, vendido por R\$ 115,1 mil. Comandado pelo leiloeiro oficial Miguel Paulo Rodrigues Silva, o certame foi transmitido virtualmente, a partir das 9h30, pelo site www.mpleiloes.com.br.

Os bens leiloados não estavam sendo utilizados pelo Estado. "Com esforço de todos, adotamos, em um curto espaço de tempo, os procedimentos normativos e operacionais necessários para viabilização do primeiro leilão eletrônico da Saeb. Uma ação extremamente importante para transformar bens inservíveis em recursos públicos para o tesouro", afirmou o secretário da Administração, Edelvino Góes.

Os lances foram ofertados pelo mesmo sítio eletrônico. Os interessados também puderam oferecer lances com 10 dias de antecedência da sessão pública, sem prejuízo das ofertas posteriores, feitas no dia e horário marcados para o início do certame. Os licitantes vencedores foram aqueles que oferecerem maior lance ou oferta.

Os interessados puderam vistoriar os bens públicos em Salvador e em Feira de Santana, nas datas e horários indicados no Edital, mediante prévio agendamento, como forma de evitar aglomeração. As fotos e descrições dos bens leiloados também ficaram disponíveis no portal do leiloeiro oficial: www.mpleiloes.com.br.

O pagamento dos bens arrematados foi à vista, por transferência ou depósito bancário, conforme orientações do leiloeiro. O licitante vencedor ainda precisou pagar ao leiloeiro a comissão de 5% sobre o valor da arrematação. Os bens o deste Leilão são isentos de ICMS, de acordo com a Instrução Normativa número 021, da Secretaria da Fazenda.

Além da prevenção contra o Coronavírus, o Leilão via internet fomentou uma participação maior de licitantes, já que eles não precisaram se deslocar para estar presencialmente na sessão pública. Participaram interessados de vários lugares do Estado da Bahia e também de outros estados. A maior participação de licitantes ajudou a gerar uma competição mais acirrada, aumentando o ágio e trazendo vantagem econômica para o Estado.

Entre os bens apregoados no Leilão, os interessados puderam encontrar lotes com preços mínimos avaliados a partir de R\$ 350 e R\$ 400. Já o lote com maior avaliação foi uma caminhonete GM modelo S-10, que teve um lance mínimo de R\$ 34.690. Do total de 244 lotes, 165 foram

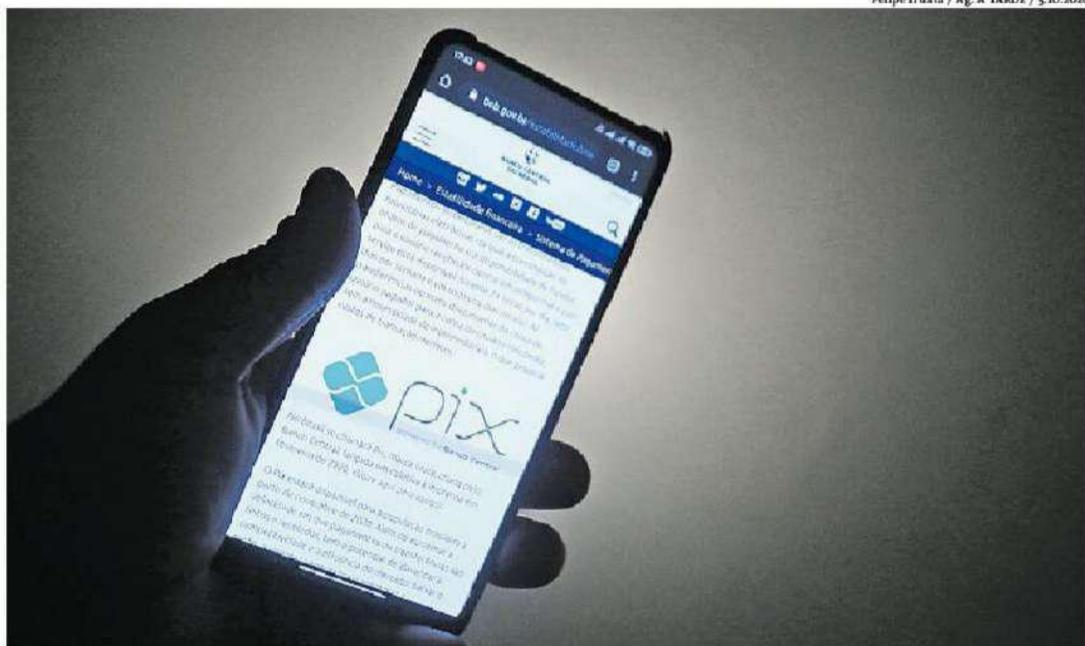
ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@gruposude.com.br

BC Entre os dias 16 e 22 deste mês, volume de operações chegou a 12,2 mi, com valor financeiro de R\$ 9,3 bilhões. Pix começou a funcionar plenamente dia 16

Pix tem quase 4,4 milhões de portabilidade de chaves

Felipe Iruatá / Ag. A TARDE / 5.10.2020



BC deve oferecer aos usuários a possibilidade de fazer transferências e pagamentos mesmo sem internet

KELLY OLIVEIRA
Agência Brasil, Brasília

Os usuários do Pix já fizeram 4,39 milhões de portabilidade de chaves, entre 5 de outubro e o último domingo (22), informou ontem o Banco Central (BC). O número de chaves cadastradas chegou a 83,49 milhões.

As chaves são a forma de identificação do receptor do novo sistema de pagamentos e transferências instantâneas. Com a chave, o pagador não precisa de dados como número da instituição, agência e conta para fazer uma transferência. Para cadastrar a chave, o cliente acessa o aplicativo da instituição em que tem conta e faz o registro, vinculando a uma conta específica um número de telefone celular, e-mail, CPF, CNPJ ou código aleatório de 32 caracteres com letras e símbolos gerados pelo BC.

O chefe adjunto do Departamento de Competição e Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central, Carlos Eduardo Brandt, disse que esse volume de por-

tabilidade é "bastante natural". "É um movimento natural do início de operação do Pix onde várias pessoas cadastraram a sua chave, ainda sem ter certeza sobre qual instituição gostariam de manter a chave que cadastrou. E aí, ao longo da utilização, esse movimento de portabilidade foi acontecendo. Não significa necessariamente que a pessoa encerrou uma conta em uma instituição", disse Brandt.

Para fazer a portabilidade da chave, é preciso acessar o aplicativo da instituição financeira de destino e fazer o pedido. Ao receber o pedido de confirmação da sua ins-

O número de chaves cadastradas chegou a 83,49 milhões

tuição de origem, é necessário confirmar a portabilidade, em até sete dias. Outra forma é pedir para registrar a mesma chave em outra instituição e aguardar a pergunta sobre o desejo de fazer a portabilidade.

Primeira semana

Entre os dias 16 e 22 deste mês, o volume de operações chegou a 12,2 milhões, com valor financeiro de R\$ 9,3 bilhões. O Pix começou a funcionar plenamente no último dia 16. "O Banco Central considera que a primeira semana de operação plena foi bastante positiva. Desde o primeiro dia, o número de operações atingiu um patamar bastante elevado", disse o chefe do departamento de competição e de estrutura do mercado financeiro do BC, Ângelo Duarte.

Segundo Duarte, os sistemas do BC funcionaram plenamente, e algumas instituições financeiras tiveram problemas momentâneos em que precisaram diminuir o ritmo das transações ou fazer desconexões. "Isso acontece com todos os

meios de pagamento. Ao longo da semana, esse número de intercorrências foi diminuindo e no final da semana já estava próximo de zero", acrescentou.

Duarte acrescentou que o valor médio das transferências está aumentando porque os usuários estão mais confiantes. "As pessoas estão ganhando confiança e vão fazendo transações de maior valor", disse.

Sem internet

O BC deve oferecer aos usuários do Pix a possibilidade de fazer transferências e pagamentos mesmo sem estar conectado à internet, por meio de um QR code offline. "Mas quem recebe o dinheiro precisa estar conectado à internet. O receptor, que geralmente é uma empresa, vai precisar estar conectado e é essa conta que vai gerar a transação do Pix. Está previsto para acontecer dentro das próximas ações. Não temos a data definida para essa funcionalidade. É mais uma conveniência que será oferecida para a população brasileira", disse Brandt.

CRÉDITO CONSIGNADO

Saques no cartão viram risco

PEDRO PEDUZZI
Agência Brasil, Brasília

Especialistas que participaram ontem da palestra Crédito Consignado e o Superendividamento, promovida pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), disseram que muitas pessoas estão contraindo "dívidas impagáveis" após serem mal esclarecidas por instituições financeiras e usarem o cartão de crédito consignado para fazer saques.

Segundo os especialistas, essas instituições não deixam claro que as taxas de juros cobradas nos saques são bem altas do que as disponibilizadas no empréstimo consignado. "Pesquisa feita com informações das próprias empresas que oferecem o produto cartão de crédito consignado mostra que as pessoas utilizam o cartão consignado para fins de saque. Aí está o grande vilão atualmente para os consumidores no Brasil",

disse o defensor público Homero Medeiros. De acordo com Medeiros, esse cartão não tem sido utilizado como meio de pagamento puro e simples. "Passou a ser utilizado como saque. Só que a forma como as empresas, em geral, têm agido tem causado grande transtorno", acrescentou o defensor público, ao apontar o que chama de "desvirtuamento" que tais cartões vêm sofrendo ao longo dos anos.

"O que era para ser um simples pagamento acabou sendo um substitutivo do

Instituições não dizem que taxas são muito altas e a dívida pode ficar 'impagável'

crédito consignado", acrescentou Medeiros, em meio a críticas a empresas que têm se profissionalizado cada vez mais em oferecer esse tipo de crédito. "Elas diuturnamente ligam e assediam os consumidores, no oferecimento do cartão e, já com o oferecimento do cartão, oferecem o saque".

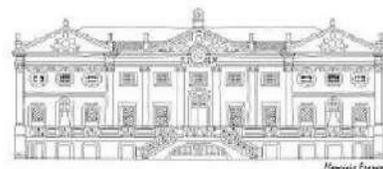
Idosos e vulneráveis

Segundo Medeiros, normalmente essas empresas buscam contratos com pessoas idosas, ou em situação de vulnerabilidade econômica, em especial servidores públicos ou beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que já estão com a margem de empréstimo consignado estourada. "Essas empresas utilizam aquela tentação, porque a pessoa está precisando de crédito. Ela trabalha com essa situação concreta, para forçar a aceitação do saque".

"Naquela ligação inicial, além da oferta excessiva, o

operador não esclarece de forma adequada e clara a regra de funcionamento do cartão de crédito consignado. Então aquele consumidor é tentado e induzido a acreditar que está recebendo um crédito como se fosse um empréstimo, com pagamento em forma de prestação mensal e sucessiva, e com prazo certo para quitação. Ele é, a todo tempo, induzido a acreditar nisso. E nunca se preocupa com o faturamento mensal, e em como funciona o cartão de crédito tradicional, com pagamento mínimo e pagamento da fatura mensal", acrescentou ao classificar esse esquema como "a grande abusividade praticada atualmente pelas instituições financeiras".

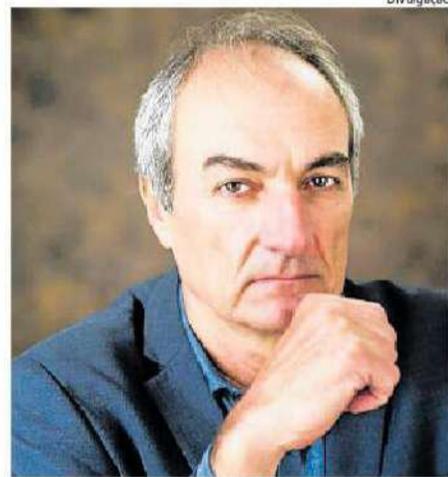
Medeiros critica a falta de informação que, se esses valores não forem pagos em sua integralidade, podem resultar na incidência de encargos do crédito rotativo, e a dívida virar uma "bola de neve".



ACB EM FOCO

Manifesto em defesa da função social empresarial é montado pela ACB

Divulgação



Coordenador do núcleo jurídico da Associação Comercial da Bahia (ACB), Paulo Cavalcanti

A Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei nº 10.406/02, que instituiu o Novo Código Civil, possibilitaram que as empresas assumissem um novo status jurídico. Com maior valorização de aspectos sociais, coletivos, éticos e dignos, os empreendimentos ampliaram seus valores perante a sociedade, tornando clara sua função social.

Por ser uma temática importante para todos, porém ainda pouco explorada, faz-se necessário conscientizar a população sobre o que é a função social da empresa e, por isso, a Associação Comercial da Bahia (ACB), honrando seu protagonismo como motor de propulsão da atividade empresarial no país, abraçou esta causa e vem gestando de forma coletiva um manifesto pela conscientização desta função social.

A partir de iniciativas do Núcleo Jurídico do Grupo Especial de Defesa da Função Social da Empresa (GEDE), do Núcleo de Gestão de Crise e Reputação, dentre outros, a ACB vem promovendo a empresa como importante agente social e econômico. Ações que destacam a função das instituições enquanto responsáveis pela movimentação da economia, através da geração de empregos, do recolhimento de tributos e da promoção do bem estar social.

"Com políticas públicas responsáveis e com a sua função social respeitada, as empresas podem gerar mais empregos, renda, tributos e bem estar social para a nação. A existência de uma Lei específica de recuperação judicial deixa evidente que as empresas são instrumentos necessários para o desenvolvimento social do país e precisam ser resguardadas. A ACB defende que o bom empresário, aquele que gera bens de forma honesta e transparente, merece ser tratado de forma digna, diferente de quem age com dolo ou má fé", destaca o coordenador do Núcleo Jurídico da ACB, Paulo Cavalcanti.

Dentre os princípios constitucionais que ressaltam a função social da empresa, Cavalcanti destaca a redução das desigualdades sociais (art. 170, inc. VII), a busca de pleno emprego (art. 170, inc. VIII), a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. III), a valorização social do trabalho (art. 1º, inc. IV), a solidariedade (art. 3º, inc. I), a promoção da justiça social (art. 170, caput) e a livre iniciativa (art. 170, caput e art. 1º, inc. IV).

"Com ações proativas e objetivas, o nosso manifesto é, antes de tudo, uma peça que visa permitir ao empresário um ambiente saudável e seguro para o exercício da sua atividade como fonte de produção de riqueza, em atendimento aos princípios da ordem econômica constitucional", finaliza.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

CURTAS

Dólar fecha em R\$ 5,37

A bolsa de valores encostou em 110 mil pontos, e o dólar teve a maior queda em uma semana. A sessão foi marcada por notícias nos Estados Unidos que animaram os investidores em todo o planeta. O índice Ibovespa, da B3, fechou esta terça-feira (24) aos 109.786 pontos, com alta de 2,24%. O indicador está no nível mais alto desde 21 de fevereiro, antes de os primeiros casos oficiais de covid-19 serem registrados no país. No mercado de câmbio, o dólar comercial caiu R\$ 0,058 (-1,06%) e encerrou o dia vendido a R\$ 5,375.

SALVADOR

salvador@grupoparade.com.br

REGIÃO METROPOLITANA

COVID-19 Governo encerra testagem para vírus nas escolas da Cidade Baixa

coronavirus.atarde.com.br

COVID-19 Segundo dados de secretarias da Saúde municipal e estadual, preenchimento passa de 63% Bahia volta a registrar aumento na taxa de ocupação de leitos de UTI

BRUNO BRITO*

O reflexo do aumento na média móvel de casos e óbitos em decorrência da Covid-19 em Salvador já começou a ser sentido também nas taxas de ocupação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), que registraram aumento, segundo informações do secretário municipal de saúde, Leo Prates.

No final da tarde de ontem, enquanto a Secretaria Municipal da Saúde indicava 63% de ocupação dos leitos de UTI em Salvador, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) indicava 64% de ocupação dos leitos em todo o estado.

De acordo com o secretário, o aumento na ocupação está relacionado a diversos fatores, como o relaxamento da população ante as medidas impostas pelas autoridades de saúde, assim como o período eleitoral. "Essa elevação é fruto de tudo isso. Não é um fator apenas, são vários. E nós estamos trabalhando para enfrentar esse momento, que é bem tenso", apontou.

Diante desse cenário, a medida adotada pela prefeitura foi reabrir leitos dedicados a pacientes com Covid-19. Durante o último final de semana, o prefeito ACM Neto deu a ordem de serviço para a contratualização de 30 leitos de UTI, sendo 10 no Hospital Municipal e 20 no Itaigara Memorial.

Segundo o secretário Leo Prates, a expectativa é que os leitos estejam disponíveis até a sexta-feira. "Estamos remobilizando a estrutura do Itaigara Memorial e de 10 leitos no Hospital Municipal. Acredito que nesta quarta [hoje] teremos uma parte desses leitos. A ideia é que até sexta todos estejam à disposição".

No entanto, Prates sinalizou que, caso seja necessário, existe a possibilidade da mobilização de novos leitos. Na última segunda-feira, o pre-



Raphael Müller / Ag. A TARDE / 21.52020

De acordo com secretário municipal Leo Prates, aumento está relacionado ao relaxamento ante as medidas

feito havia sinalizado que o ideal é manter a taxa de ocupação entre 50% e 60%.

"Estamos trabalhando com a expectativa de ampliação de leitos de UTI em outras estruturas. Já estamos nesse processo de mapeamento para, caso haja

Segundo o secretário Leo Prates [da Saúde], a expectativa é que os [novos] leitos estejam disponíveis até a sexta-feira

necessidade, fazermos a contratualização. Já foi determinada a remobilização de alguns leitos de UTI, e já estamos trabalhando com outras perspectivas de mobilização de leitos, mas é preciso destacar que nossa capacidade é finita. Então não dá para todo mundo ficar doente ao mesmo tempo", alertou Prates.

O secretário, no entanto, não sinalizou que o aumento já pode representar uma segunda onda da Covid-19. De acordo com ele, esta é uma preocupação real de todos que estão tratando dos indicativos sobre a pandemia. "Nós ainda estamos avaliando e acompanhando, mas há um crescimento da média móvel de novos casos, que vinha durante longo período em queda e agora voltou a crescer, assim como a média móvel de óbitos. En-

tão precisamos ter atenção ainda", disse.

A Sesab, por sua vez, afirmou por meio de nota, que em Salvador ainda não houve a reabertura de leitos dedicados à Covid-19, por parte do governo do estado. "Até o momento não há previsão de reabertura de novos leitos dedicados à Covid-19 em Salvador por parte do estado. A Sesab está em constante comunicação com a SMS para avaliar a necessidade", dizia a nota. Segundo o órgão, Salvador possui taxa de crescimento de casos de 0,79%.

Feira de Santana

Já em Feira de Santana, o governo do estado abriu ontem, no Hospital Geral Clériston Andrade, 10 novos leitos de UTI dedicados aos pacientes infectados pelo novo coronavírus, após o muni-

cípio atingir 91% de taxa de ocupação.

De acordo com nota veiculada no site da Sesab, os números de leitos de UTI estão sendo ampliados porque medidas simples não estão sendo cumpridas, como a utilização da máscara, o distanciamento social e a higienização das mãos.

"A Sesab reitera os alertas de que a pandemia não acabou e, infelizmente, os mesmos estão sendo ignorados por parte da população. É necessário ter um cuidado ainda maior neste período festivo, pois as pessoas tendem a se reunir em casa ou na rua e aí aumentam os riscos, sobretudo para os idosos", afirmou o texto. Em Feira, a taxa de crescimento de casos é de 2%.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR INTERINO RAFAEL TIAGO NUNES

Situações de Itabuna e Feira de Santana preocupam

MIRIAM HERMES

Barreiras

O crescimento no número de casos confirmados de Covid-19 em diversos municípios da Bahia deflagrou um movimento de abertura de novos leitos clínicos e de UTI para pacientes infectados.

Os municípios de Feira de Santana e Itabuna apresentam as situações mais críticas. Nas duas cidades, a ocupação dos leitos de UTI chegou a 100% das vagas exclusivas na segunda-feira.

Em Feira de Santana, até ontem havia 18.165 casos confirmados desde o início da pandemia, deixando o município no topo das cidades do interior do estado.

Para atender à demanda crescente, o governo estadual disponibilizou mais 10 vagas de UTI no Hospital Geral Clériston Andrade, que já estão ativos. Segundo o diretor do Hospital de Campanha de Feira de Santana, Francisco Mota, embora tenha ocorrido uma redução de casos entre setembro e início de outubro, o local permanece com 18 leitos de UTI e 35 leitos clínicos.

"Hoje [ontem] de manhã saíram três pessoas, mas logo chegaram mais dois pacientes para internamento com tratamento intensivo", afirmou Mota.

Em Itabuna, município com o segundo maior número de casos confirmados - até ontem somava 14.533 casos -, a taxa de ocupação dos leitos de UTI chegou a 100% na segunda-feira.

Conforme o secretário municipal de Saúde, Emerson Oliveira, a situação no município é preocupante pelo número crescente de casos, principalmente após a redução na oferta de leitos exclusivos para Covid-19, passando de 33 para 23.

Para Oliveira, a necessidade de Itabuna é para 35 leitos de UTI. Ele salientou que a possibilidade de uma segunda onda é real e o município espera ajuda do estado e do Núcleo Regional de Saúde.

PANDEMIA

Rui diz que vacinação pode começar no início de 2021

FERNANDO VALVERDE

O governador Rui Costa (PT) afirmou durante coletiva de imprensa na manhã de ontem que a vacinação contra a Covid-19 na Bahia, na "melhor das hipóteses", pode ser iniciada ainda no primeiro trimestre de 2021. "Primeiro as vacinas do mundo inteiro começam a pedir os registros dos respectivos órgãos reguladores de cada país. Então, logo no primeiro semestre nós teremos vacina. Resta saber o que o Brasil vai fazer nessa confusão que é o governo federal", alfinetou.

De acordo com o gestor, a maior dificuldade para a produção e distribuição em larga escala da vacina responde ao armazenamento do composto, já que a tecnologia depende de temperaturas abaixo dos 75 graus negativos, para que o imunizante não se degrade.

"Tive uma reunião com representantes do laboratório da Pfizer pela internet, e eles disseram que conseguiriam ter para 2021, no máximo, 25% do que seria necessário para vacinar a humanidade inteira. A questão é que a logística de algumas dessas

"Na Bahia só temos um aparelho que garante o resfriamento abaixo de 75°"

RUI COSTA, governador

O governador aproveitou para ressaltar o cuidado com as medidas sanitárias

vacinas é muito complicada. Algumas delas precisam ser refrigeradas a menos 75 graus e, portanto, requer uma logística bastante complexa. Aqui na Bahia só temos um aparelho que garante o resfriamento abaixo de 75 graus, que fica no Labo-

ratório Central", falou Rui.

O governador aproveitou para ressaltar o cuidado necessário com as medidas sanitárias enquanto a vacinação não chega. De acordo com ele, é importante que a população volte ao mesmo nível de cuidado que apre-

sentou previamente, para que não haja uma segunda onda no estado.

"Você sai nas ruas e tem a impressão de que o vírus já foi embora, dado o tamanho do número de pessoas sem máscara ou com a máscara no queixo. Tem pessoas que

usam a máscara e, quando vão falar, tiram a máscara e colocam de novo. É importante que a gente volte a reiterar os cuidados necessários para que a gente não viva o mesmo drama que vivemos no pico da pandemia", destacou Rui.



Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 9.11.2020

Governador ressaltou a importância dos cuidados para evitar uma segunda onda

CORONAVÍRUS

Taxa de transmissão no Brasil é a maior desde maio

DA REDAÇÃO

Ataxa de transmissão (RT) da Covid-19 voltou a subir no país e já é a maior desde maio, de acordo com dados divulgados ontem pelo Centro de Controle de Epidemias do Imperial College, de Londres. Nesta semana, a taxa passou a ser de 1,30, contra 1,10 no último balanço divulgado em 16 de novembro.

Esse é o maior número desde a semana de 24 de maio, quando o índice atingiu 1,31. A taxa de transmissão indica para quantas pessoas um paciente infectado consegue transmitir o vírus. Isso significa que quando o índice é maior que 1, cada infectado transmite a doença para mais de uma pessoa.

Com base nos novos número do Imperial College, um grupo de cem infectados transmite o vírus para outras 130 pessoas, fazendo com que a doença se espalhe mais rapidamente.

Atualmente, o Brasil já acumula seis milhões de casos do novo coronavírus e quase 170 mil mortes desde o começo da pandemia.

FERNANDO VALVERDE E TÁCIO CALDAS*

PADEMIA Anúncio foi feito durante entrega de unidade do SAC, em Pituaçu, na manhã de ontem

Rui Costa afirma que festas de Ano Novo estão proibidas na Bahia

O governador Rui Costa (PT) voltou a reiterar, na manhã de ontem, que não irá autorizar a realização de quaisquer festas de Réveillon, independentemente de organização pública ou privada, para evitar a formação de aglomerações em todo o estado.

"Não será permitida em nenhum município da Bahia festa pública ou privada. E se for pra praia? Não temos condições de dispersar pessoas nas praias. Vamos fazer um campanha de mídia, vamos fazer apelo para que as pessoas não ocupem as areias da praia no Ano Novo. Não vou jogar bomba de gás na areia de praia. Espero que a consciência das pessoas fale mais alto", afirmou o governador.

Se em Salvador o governador não terá dor de cabeça, já que o evento apresentado pelo prefeito ACM Neto (DEM) na última segunda-feira foi pensado de forma integral para os meios digitais, em Porto Seguro o prefeito eleito Jânio Natal já afirmou que tomará posse à meia-noite do dia 1º e baixará uma portaria imediata liberando as festas.

O anúncio foi feito durante entrega da nova unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), em Pituaçu, que visa dar mais facilidade e conforto à população. O espaço se encontra no Terminal de Integração de Pituaçu e contará com mais de mil serviços diários para atender os soteropolitanos.

O novo SAC Pituaçu substitui os postos do Shopping Paralela e do Servidor, que já suspenderam as atividades nos atuais endereços.

"Aqui a gente economiza



Mateus Pereira / Gov-BA

Governador entrega nova unidade do SAC em Pituaçu

"Faremos uma campanha. Espero que a consciência fale mais alto"

RUI COSTA, governador

com aluguel e dá facilidade e conforto à população, que vai ser atendida dentro da estação do metrô. De qualquer lugar da cidade, a pessoa pode entrar no metrô, saltar aqui, resolver as questões e voltar para o transporte sem precisar ir para a rua nem quando estiver fazendo sol, nem quando estiver

chovendo, em absoluta segurança e conforto", afirmou Rui Costa.

No local haverá mais de mil serviços diários à disposição dos cidadãos baianos, como o Detran e mais um ponto de atendimento da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor da Bahia (Procon-BA).

Todo o empreendimento funcionará de segunda a sexta-feira, das 7h às 15h30, e aos sábados, das 8h às 12h. Com esse novo espaço, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS) contará, no total, com 21 postos de atendimento, sendo nove na capi-

tal e 12 no interior e região metropolitana.

"Estar num terminal rodoviário, interligado a uma estação de metrô é uma inovação na rede SAC e uma conquista do consumidor que terá facilidade no acesso dos seus direitos", ressaltou o secretário da SJDHDS, Carlos Martins.

São 14 unidades parceiras que oferecem serviços. Dentre eles estão as atividades relacionadas a carteira de identidade ou registro geral (RG), o cadastro de pessoas físicas (CPF) e carteira nacional de habilitação (CNH). Além delas, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (Embasa), o Procon-BA e a Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz). Com esse novo posto, a Rede SAC passará a ter 79 unidades no estado, sendo 36 fixas na capital, interior e região metropolitana, além de 40 pontos SAC e três do SAC Móvel.

O atendimento é agendado pelo site www.sacdigital.ba.gov.br ou pelo aplicativo SAC Digital. De acordo com a coordenadora do SAC na capital e região metropolitana, Cecília Pereira, são "63 funcionários e uma capacidade diária de 1.300 pessoas. Isso, no mês, representa capacidade de até 29 mil atendimentos", informou.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

SOLIDARIEDADE

Eventos marcam o Dia Nacional do Doador de Sangue na capital

ANDREZZA MOURA

Quando o segurança Leonardo Sacramento, 36 anos, doou sangue pela primeira vez, há dez anos, foi para a avó, que iria passar por cirurgia. De lá para cá, já foram diversas doações, são duas por ano, a cada seis meses.

"Inclusive, sou cadastrado no banco de dados de medula óssea também", conta Leonardo, explicando a sensação de dever cumprido. O segurança é um dos milha-

res de doadores voluntários que serão homenageados hoje, Dia Nacional do Doador de Sangue.

Para lembrar a data, o Banco de Sangue de Salvador lançou a campanha "Vem doar". A celebração será iniciada com um café da manhã. "É uma data muito especial, porque os doadores são os protagonistas desse propósito maior que é proporcionar novas chances de saúde e de vida para outras pessoas", agradece Erica

Souza, captadora de doadores do Banco de Sangue de Salvador.

"Estamos enfrentando um momento crítico, com um déficit em nossos estoques que oscilam entre 40% e 50%. Portanto, no momento precisamos de doadores de todos os tipos sanguíneos", diz ela.

A data também será lembrada pelas Obras Sociais Irmã Dulce com missa, às 8h30, no Santuário Santa Dulce dos Pobres, na Aven-



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Para a data, Hemoba lança a campanha "Vem doar"

nida Dendezeiros, no Largo de Roma.

A celebração também será transmitida pelo Instagram e Facebook do santuário (@santuariosantadulce) e também no canal do YouTube santuariosantadulce (dospobres).

No banco de sangue da Osid, as coletas podem ser agendadas pelo telefone (71) 3310-1224. O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 7h10 às 11h30 e das 13h às 16h, na sede da entidade.

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Péricles José de Oliveira faleceu no Hospital da Bahia, 77 anos, casado, natural de Santo Antônio de Jesus-BA

Aparecida Condurú Leite faleceu em residência, 65 anos, casada, natural de Salvador-BA

Antônio Bispo dos Santos faleceu no Hospital Professor Eládio Lasserre, 67 anos, solteiro, natural de Salvador-BA

Olegário Felipe dos Santos faleceu no Instituto Couto Maia, 85 anos, casado, natural de Salvador-BA

Adilson Marques de Sousa faleceu em residência, 63 anos, casado, natural de Salvador-BA

Otto Braga de Souza faleceu no Hospital da Bahia, 86 anos, viúvo, natural de Boquim-SE

Maria da Conceição Fróes da Silveira faleceu no Hospital

Aeroporto, 71 anos, casada, natural de Salvador-BA

CAMPO SANTO

Ednoelson Pereira Melo faleceu no Hospital da Bahia, 63 anos, natural de Salvador-BA

Ana Rita Conceição Ferreira faleceu no Hospital Português, 69 anos, natural de Salvador-BA

Zélia Pereira Vieira Mira faleceu no Hospital da Bahia, 75 anos, natural de

Itapetinga-BA

Erisvaldo Bispo Pereira faleceu no Hospital Geral Menandro de Faria, 60 anos, natural de Salvador-BA

Elder Jesus de Queiroz faleceu no Hospital Geral do Estado, 25 anos, natural de Salvador-BA

Yeda Menezes Correia faleceu no Hospital Português, 72 anos, natural de Salvador-BA

Manoel do Nascimento Silva faleceu no Hospital

Aristides Maltez, 64 anos, natural de Salvador-BA

Micael Cardoso de Melo faleceu em via pública, 19 anos, natural de Salvador-BA

Luan Flávio Lacerda Barreto faleceu na Rua Ana Mariane Bittencourt, 27 anos, natural de Salvador-BA

JARDIM DA SAUDADE

Américo Borges Barreto faleceu no Hospital Aliança, 74 anos, casado, petroleiro, natural de

Itabaiana-SE

Celina Gomes da Silva faleceu em residência, 102 anos, viúva, natural de Santo Estêvão-BA

Normélia da Silva Monteiro Rocha faleceu no Hospital Português, 80 anos, casada, professora, natural de Poções-BA

Daiane Duarte Levy faleceu no Hospital Santo Antônio, 37 anos, solteira, recepcionista, natural de Salvador-BA

CLIMA

salvador@grupoar.com.br

Mapa de clima e previsão para Salvador e outras cidades. Inclui dados de temperatura, umidade e condições do tempo para hoje, amanhã e sexta-feira.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

●● O racismo é estrutural porque se apresenta como um alicerce em cima do qual se constroem as relações políticas, econômicas e sociais. Não há democracia numa sociedade racista Valmir Assunção

Deputado federal pelo PT da Bahia

Dança de cadeiras

Em meio ao processo de montagem do alto escalão do prefeito eleito Bruno Reis (DEM), três hipóteses ganham força nas conversas reservadas entre aliados próximos ao democrata. A primeira diz respeito à eventual ida do secretário da Saúde de Salvador, Leo Prates, para a pasta de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), chefiada hoje por Sérgio Guanabara, que já teria sido sondado para substituir Thiago Dantas à frente da Secretaria de Gestão (Semge). Por fim, Dantas assumiria a Fazenda (Sefaz), atualmente sob comando do ex-governador Paulo Souto, também cotado para um cargo de destaque na prefeitura. No entanto, as trocas de posição ainda são tratadas como possibilidade e podem sofrer alterações, a depender das costuras internas.

ESTICA E PUXA

Ao mesmo tempo, Bruno Reis tentará trazer para a equipe dois vereadores eleitos do DEM. O objetivo é abrir vaga na Câmara para Felipe Lucas - segundo suplente da sigla. O que beneficia, por tabela, o primeiro da fila, Orlando Palhinha.

Duplo regresso

Caso Leo Prates seja escalado para a Sedur, quem herdará seu mandato na Assembleia Legislativa é o ex-deputado estadual Carlos Geilson, candidato derrotado do Podemos à prefeitura de Feira de Santana. Embora tenha entrado para um partido da base aliada ao governo Rui Costa (PT), Geilson disputou a sucessão de 2018 pelo PSDB, que fazia parte da chapa oposicionista. Um provável acordo que permita a ele retornar à Assembleia passa pelo reingresso no antigo partido e depende bastante dos planos de Leo Prates, que migrou do DEM para o PDT, de entrar no pãreo para deputado federal em 2022.

De volta para o futuro

Conforme antecipado pela Satélite na edição do último dia 19, a Assembleia vai retomar as atividades presenciais em 1º de dezembro. A informação foi confirmada ontem pela assessoria de comunicação da Casa. A princípio, as atividades em plenário ficarão restritas ao número de 36 ou 40 parlamentares presentes simultaneamente, para manter o distanciamento mínimo contra o contágio pelo novo coronavírus. Deputados do grupo de risco poderão participar das votações de modo virtual. Já o quadro de servidores efetivos ou comissionados estará limitado a 40%.

Óleo da pista

A derrota sofrida no Supremo pelo candidato do centrão à presidência da Câmara dos Deputados, o alagoano Arthur Lira (PP), reduziu seu poder de fogo no duelo com a ala ligada ao presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), avaliando parlamentares da bancada baiana em Brasília. Ontem, três dos cinco integrantes da Primeira Turma da Corte formaram maioria para manter Lira réu em ação por corrupção passiva.

Causa e efeito

Para deputados da Bahia, o resultado dificulta o apoio do Planalto a Lira e joga sobre o Legislativo o ônus de eleger um parlamentar processado por corrupção. Com isso, cresce a chance dos dois nomes da ala de Maia tidos como favoritos para brigar pelo cargo: Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Baleia Rossi (MDB-SP).

RMS: Prévia da inflação de novembro fica em 0,63%

DADOS DO IBGE O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) ficou em 0,63% na Região Metropolitana de Salvador (RMS) nesse mês de novembro, segundo divulgou nesta terça-feira (24) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pelo cálculo.

O IPCA-15 funciona como uma prévia oficial da inflação do mês e reflete os preços coletados entre 14 de outubro e 12 de novembro. Alimentação e gasolina foram os itens que puxaram esse índice para cima, ainda de acordo com os dados do IBGE.

O valor representa uma aceleração em re-

lação ao registrado em outubro, que foi de 0,43%, e também em relação ao mês de novembro do ano passado, quando ficou em 0,01%. Foi a maior prévia da inflação para um mês de novembro na RMS desde 2015, quando chegou a 0,88%.

Ainda assim, o índice ficou abaixo do registrado no país como um todo, que foi de 0,81%. É também o terceiro menor entre as 11 áreas pesquisadas separadamente.

No acumulado de janeiro a novembro de 2020, o IPCA-15 da RM Salvador acelerou para 2,92% (2,27% em outubro). Continua abaixo do índice do Brasil como um todo (3,13%).

Segundo o IBGE, o IPCA-15 foi puxado para cima na RMS por conta do aumento nos preços médios de sete dos nove grupos de

2,92%

é o índice do IPCA-15 no acumulado de janeiro a novembro desse ano, segundo os dados do IBGE

1,75%

foi o percentual de aumento somente no setor de alimentos e bebidas, um dos principais pela alta no índice

produtos e serviços que formam o índice.

O grupo de alimentação e bebidas foi o que teve o maior aumento e é, portanto, um dos grandes responsáveis pela tendência de alta, ficando em 1,75%. Os alimentos consumidos em casa (2,36%) seguem puxando a inflação para cima, com altas importantes na batata-inglesa (42,29%, maior aumento dentre todos os produtos pesquisados), no tomate (18,45%), no arroz (7,37%) e no óleo de soja (14,03%).

Mas, o item que, individualmente, mais contribuiu para a aceleração do IPCA-15 de novembro na RMS foi a gasolina (1,63%), que aumentou depois de duas importantes deflações seguidas (-2,66% em setembro e -5,87% em outubro).

Anatel prevê leilão do 5G no final do 1º semestre do ano que vem

TELEFONIA Integrantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o ministro das Comunicações, Fábio Faria, reuniram-se na tarde de ontem com o presidente Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, para tratar da preparação do leilão da rede móvel 5G, que poderá

oferecer velocidade até 20 vezes maior que a atual 4G.

Relator do processo na agência reguladora, o conselheiro Carlos Manuel Baigorri afirmou que o cronograma prevê sessão de lances no fim do primeiro semestre de 2021. Além de ser aprovado pela Anatel, o edital deverá

ser analisado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo o presidente da Anatel, Leonardo Euler de Moraes, o edital do 5G não terá objetivo arrecadatório, e "será construído para exigir das empresas vencedoras maiores compromissos de investimento no setor".

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,374	R\$ 5,375
Dólar Turismo	R\$ 5,42	R\$ 5,543
Euro Turismo	R\$ 6,386	R\$ 6,388

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	107.788,30	+2,24%

POUPANÇA

30/11/2020	0,169%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1045,00

INFLAÇÃO

	Outubro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,94%	2,51%	3,02%
INPC/IBGE	0,89%	2,95%	4,77%
IGP-M/FGV	3,22%	18,16%	20,93%

DÓLAR FECHA MAIS BARATO

Cotações O dólar registrou a maior queda em uma semana. A moeda comercial caiu R\$ 0,058 (-1,06%) e encerrou o dia vendido a R\$ 5,375. Essa foi a maior queda diária desde o dia 17, quando o recuo do dólar foi de 1,97%.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Há novos riscos que ainda não estão nos cenários. Está havendo o agravamento da pandemia, elevando a incerteza. O governo projeta crescimento de 3,2% do PIB no ano que vem, mas o impacto desse novo momento não entrou ainda na conta nem do governo, nem dos economistas. No FOCUS, subiu para 3,4%. Mesmo que se confirme o cenário mais otimista, virá depois de uma queda de 4,5% este ano e não irá recuperar toda a perda. Cada setor está voltando de um jeito, o agronegócio continuou crescendo, a indústria se beneficiou do dólar alto, mas há muito tempo está em crise, o setor de serviços é o que tem o desempenho mais heterogêneo.

A economista Vilma Pinto, especialista em contas públicas e assessora econômica do governo do Paraná, diz que há uma discussão sobre que letra desenha melhor a realidade da recuperação, se é V ou W, mas ela acha que nos serviços o melhor é usar a letra K. Alguns segmentos do setor se recuperam. Outros ficam negativos. Esse setor é o mais importante para as cidades, que estão ainda no processo de escolha dos prefeitos. Os serviços estão ficando para trás, principalmente os voltados às famílias, como turismo, entretenimento e alimentação fora

O risco de novo abalo na economia

de casa. Isso aumentará as desigualdades no mercado de trabalho, com impacto maior sobre jovens, negros e menos escolarizados.

O coronavírus tem sido especialista em corromper cenários e projeções, desde que se espalhou pelo mundo. A economista Sílvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre, teme que o aumento no número de casos da doença neste final de ano faça a recuperação do quarto trimestre ser mais fraca do que o esperado, com efeitos sobre o mercado de trabalho. Nessas épocas, são feitas muitas contratações temporárias para o Natal, que depois acabam se tornando permanentes no início do ano seguinte.

—Essa incerteza de ter ou não uma segunda onda é muito preocupante. Como o empresário vai contratar? Só segmentos que veem uma demanda mais segura e garantida vão fazer isso. Limita demais o emprego

O Brasil está com mais desequilíbrios no início desta segunda onda: a inflação subiu, a dívida cresceu e o desemprego está muito elevado

formal — disse.

O IBGE divulgará o PIB do terceiro trimestre no dia 3 de dezembro, e o Ibre estima que o PIB tenha crescido 7,5%, em relação ao segundo, recuperando boa parte da queda do primeiro semestre, que foi de recessão. Já na comparação com o terceiro trimestre do ano passado, ainda haverá um tombo de 4,4%. Para este quarto trimestre, já era esperada uma desaceleração na retomada. O auxílio emergencial foi reduzido. Se novas medidas de isolamento social forem necessárias para conter o vírus, haverá

reversão de tendências na economia. Por mais que a bolsa suba com a expectativa de uma vacina, levará meses para que a maior parte da população esteja imunizada, e isso pode ser o suficiente para comprometer o próximo semestre.

O gasto público foi maior do que poderia ter sido se o governo tivesse adotado outra estratégia no combate à pandemia. O mais barato era dar o exemplo, se comunicar de forma eficiente e trabalhar em conjunto com governadores e prefeitos. Na visão de Sílvia Matos, não houve qualquer tipo de avaliação sobre a qualidade dessa despesa. Agora, há pouco espaço fiscal para novas medidas de socorro, sem a garantia de maior eficiência.

— Fizemos política de transferência de renda, mas sem avaliar as pessoas que receberam. No primeiro mês, tudo bem, no segundo, também, porque era emergência. Mas depois tinha que ter focalizado. Houve muita

fraude. O cobertor é curto e o programa não foi revisto.

A pesquisa de emprego Pnad Covid, feita toda semana pelo IBGE, mostra como a crise tem afetado de forma desigual o mercado de trabalho. Enquanto a renda do trabalhador formal está 10% menor do que no início da pandemia, a dos informais está 20% abaixo. Trabalhadores mais qualificados, com mais de 15 anos de estudo, praticamente não sentiram o desemprego. A desigualdade de raça e gênero tem aumentado com as ofertas de vagas sendo mais escassas.

O Brasil está com mais desequilíbrios econômicos na entrada desta segunda onda. A inflação cresceu, a dívida subiu fortemente, o déficit se ampliou e o desemprego está alto. Na semana que vem, passadas as eleições, é que ficará mais claro o cenário de aprovação de medidas no Congresso. O ministro da Economia disse na última quinta-feira que apresentará o projeto do novo imposto sobre transações depois das eleições. Falando em inglês num evento do Bradesco, ele disse que usará a plataforma do PIX para cobrar o novo imposto. Isso transformaria uma inovação no sistema de pagamento em uma armadilha para os contribuintes.

*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

ECONOMIA

COMEÇA HOJE A ministra da Agricultura do Brasil, Tereza Cristina, e o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o baiano João Martins, são apenas dois dos grandes nomes do setor agrícola nacional que estão confirmados no e-Agro Bahia - Feira de Inovação e Tecnologia Agropecuária, promovida pela Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeb) e o Sebrae-Bahia. Entre hoje e sexta-feira, o evento vai reunir representantes do governo, entidades representativas, produtores e empreendedores que são referência nos mais diversos segmentos agro. As inscrições estão abertas e podem ser feitas gratuitamente no site www.eagrodigital.com.br.

A cerimônia de abertura está prevista para às 19h, seguida de um painel sobre o cenário e as tendências econômicas para a agropecuária, com Marcos Fava Neves, considerado um dos grandes consultores econômicos do setor, e Alcides Torres, referência no mercado pecuário.

Amanhã, Tereza Cristina e João Martins participam, às 18h30, junto com o presidente da FAEB, Humberto Miranda, de um painel sobre as políticas públicas para o setor no Brasil.

Entre os palestrantes no

E-Agro atrai as principais estrelas da agropecuária

decorrer do evento estão Rodrigo Bonato, diretor de Agricultura de Precisão para a América Latina, da John Deere, e Eduardo Bastos, vice-presidente de Sustentabilidade para a América Latina, da Bayer.

Além da temática econômica, o encontro terá discussões sobre sustentabilidade e inovação.

Para o vice-presidente da Faeb, Guilherme Moura, as lives preparatórias do evento são uma mostra da expectativa que existe no mercado pelos conteúdos que serão discutidos entre a quarta e a sexta-feiras. "Nós fazemos essas lives como uma palhinha do que está por vir e sempre tem uma receptividade muito boa", conta Guilherme. Na última quinta-feira (19), foi promovida uma conversa sobre inovação com representantes de startups que atuam no setor. Dois dias antes, o lançamento da feira foi realizado também através de uma live.

Amanhã às 17h, o e-Agro será destaque no AgEvolu-



Ministra Tereza Cristina

tion Talks, um dos grandes espaços para discussão do agronegócio brasileiro. Guilherme é um dos convidados, junto com o editor-chefe da AgEvolution Daniel Azevedo, o coordenador de inovação do Sistema CNA/Senar Matheus da Silva e o diretor de operações da Syngenta Digital Brasil, Gustavo Schaper. "Em um evento virtual, a gente consegue começar a passar o conteúdo antes da realização do evento em si, o que traz desafios, mas é bastante proveitoso para o público", explica Moura.

VEJA A PROGRAMAÇÃO DO PRIMEIRO DIA DE EVENTO:

● ABERTURA OFICIAL

19:00

- Humberto Miranda, presidente da Federação da Agricultura do Estado da Bahia (FABE);
- Jorge Khouri, superintendente do Sebrae-Bahia;

● PAINEL: CENÁRIO E TENDÊNCIAS DO MERCADO PARA AGROPECUÁRIA

19:30

- Moderador: Jose Luiz Tejon - Jornalista

- Alcides Torres - Analista e Consultor de Mercado, com atuação nas áreas da cadeia de pecuária de corte, de leite, grãos e insumos agropecuários;

- Marcos Fava Neves - Especialista em planejamento e gestão estratégica, tendo realizado mais de 200 projetos de planejamento no agronegócio brasileiro e mundial.

Serviço: e-Agro - Feira de Inovação e Tecnologia Agropecuária da Bahia (e-Agro Bahia)

Data: de hoje (25) até a sexta-feira (27 de novembro)

Inscrição gratuita: Acesse o site www.eagrodigital.com.br para participar

Durante o e-Agro estão previstos também leilões virtuais de animais e máquinas usadas, stands virtuais das maiores empresas do segmento e ainda rodada de negócios para que o produtor rural possa negociar diretamente com as empresas a compra e a venda de produtos agropecuários.

Um dos destaques do evento será a Green Friday, iniciativa que funcionará como uma Black Friday para o produtor rural com ofertas exclusivas de equipamentos, insumos, softwares e sistemas de gestão para o agro. Serão 8 horas de transmissão ao vivo com oportunidades diferenciadas para os participantes da e-Agro Digital.

O e-Agro chega para atender um mercado que se desenvolve continuamente no Brasil, mas que mesmo assim continua sedento por novidades e melhorias. Um percentual de 95% dos produtores rurais brasileiros responderam ter interesse em receber mais informações sobre a agricultura digital, segundo uma pesquisa produzida pelo Sebrae, em junho deste ano. Atualmente, 84,1% já utilizam pelo menos uma tecnologia digital em seu processo produtivo. O principal uso é da internet, para atividades gerais ligadas à produção.

Tribuna

Rui visita início das obras do Porto Sul

O investimento total nas obras do importante Porto Sul está na casa dos R\$ 2,5 bilhões

O governador Rui Costa visita hoje em Ilhéus o canteiro de obras do Porto Sul. A ida do governador à cidade marca o início da primeira fase das obras, correspondente à construção de vias, instalação de sinalização, pontes, implantação de redes elétrica e de água, entre outros, viabilizando a etapa seguinte de construção e desenvolvimento da estrutura do empreendimento.

O novo terminal portuário, que vai ampliar o corredor logístico do estado, é uma realização do Governo da

Bahia e da Bahia Mineração (Bamin), que estará representada na visita pelo presidente-diretor da empresa, Eduardo Ledsham. Também estarão presentes o presidente-diretor da Eurasian Resources Group (ERG), controladora da Bamin, Benedikt Sobotka, e o diretor nas Américas da ERG, Erik Gaustad.

O investimento total nas obras do Porto Sul é de R\$ 2,5 bilhões. Esta fase vai criar 400 empregos diretos no pico da implantação, com a expectativa de geração de outros 1,2 mil empregos indiretos.



O NOVO TERMINAL portuário vai ampliar o corredor logístico do estado e beneficiar a expansão da economia baiana em larga escala

Tribuna

Inflação se espalha e acende alerta para 2021

Não há risco de descontrole, mas os mais pobres serão os principais prejudicados

UOL

A prévia da inflação desacelerou a 0,81% em novembro, mas o resultado foi o maior para o mês em cinco anos. Em 12 meses, a alta de preços acumulada é de 4,22%, acima da meta do Banco Central, de 4%. A última vez em que a prévia da inflação acumulada ultrapassou a meta foi em fevereiro (4,21%). Houve aumento generalizado em

novembro, uma vez que a alta de preços, antes concentrada nos alimentos, se espalhou e atingiu todos os grupos de produtos e serviços. Especialistas dizem que não há risco de descontrole da inflação, mas destacam que os mais pobres são os mais prejudicados neste momento. Alertam também que há uma tendência preocupante de aceleração da inflação, que deve adentrar 2021, devido à desvalorização

do real, ao endividamento do governo e à falta de matéria-prima para a retomada da economia em 2021.

A meta de inflação do BC é de 4%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos, ou seja, podendo variar entre 5,5% e 2,5%. No início do mês, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o Brasil pode "ir para uma hiperinflação muito rápida", se tiver dificuldades para rolar sua

dívida. O BC, porém, diz que não há esse risco e que a inflação "está absolutamente sob controle".

Apesar de o aumento ter atingido todos os setores na prévia de novembro, os preços dos alimentos e bebidas ainda são os que mais se destacam, com alta de 15,02% em 12 meses. Isso pressiona principalmente a população mais pobre, para quem esses itens têm um peso maior nos gastos

domésticos. Por isso, é comum que pessoas de baixa renda sintam no dia a dia um aumento de preços maior do que o cálculo apresentado pelo IBGE. "Inflação boa é aquela dentro da meta e distribuída entre os produtos e serviços que as famílias consomem. É um problema quando está muito concentrada em um grupo só, como está em 2020", diz André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

COTAÇÃO

Dólar cai e real lidera ganhos em dia de leilões

REUTERS

O dólar caiu ante o real ontem, devolvendo a alta da véspera em dia de leilões de rolagens de linhas de moeda estrangeira e de swaps cambiais pelo Banco Central, com o mercado acompanhando ainda o clima positivo no exterior, depois que a administração Trump deu sinal verde para o início de uma transição de governo nos Estados Unidos.

No entanto, analistas não descartavam chances de volatilidade no mercado de câmbio doméstico em meio a dúvidas persistentes sobre a saúde fiscal do Brasil.

Às 11:35, o dólar recuava 0,73%, a 5,3957 reais na venda. A moeda bateu a máxima do dia ainda na primeira hora de negócios

(5,4296 reais, queda de 0,10%) e foi à mínima (5,3798 reais, baixa de 1,02%) pouco depois das 10h30.

Na B3, o contrato de dólar futuro mais negociado cedia 0,96%, para 5,3890 reais.

A moeda dos EUA foi ao piso do dia pouco depois de o BC divulgar que vendeu o lote integral de 1,26 bilhão de dólares em leilão de rolagem de linhas de dólares com compromisso de recompra, que tinham vencimento no início de dezembro.

O BC ainda faz entre 11h30 e 11h40 de ontem operação para rolagem de até 12 mil contratos de swap cambial tradicional vendidos no começo de janeiro.

"Historicamente, o Banco Central sempre deu li-

nhas no final do ano, mas está começando mais cedo este ano, e um dos motivos é a pressão do 'overhedge'", disse Vaneí Nagem, responsável pela mesa de câmbio da Terra Investimentos.

O "overhedge" é um tipo de proteção cambial adotada por bancos e que deixou de ser interessante devido a mudanças tributárias anunciadas meses atrás. O "overhedge" consistia em venda adicional de dólares e, com o desmonte ao longo deste ano, os bancos fazem a operação inversa —ou seja, compra de moeda.

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Bruno Serra, já havia dito na semana passada que a autoridade monetária está preparada para atuar no câmbio caso o mercado não seja

capaz de absorver o volume elevado de recursos relacionados ao desmonte de posições de "overhedge" esperado para o término do ano.

Enquanto isso, no exterior, investidores de todo o mundo buscavam ações e moedas sensíveis ao risco, com o dólar mostrando perdas contra alguns pares do real, como peso mexicano, rand sul-africano e dólar australiano.

"O momento do mercado está positivo", disse à Reuters Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos. "Há uma maior previsibilidade em relação ao futuro, em geral, com fluxo de notícias positivo em relação às vacinas (...) e o governo Trump abrindo as portas para uma transição para a era Biden."



ECONOMIA

Publicado em 25/11/2020 às 06h52.

Produtores de cacau na Bahia pedem ao governo federal soluções para endividamentos no setor

Em ofício enviado à SDI/MAPA nesta semana, Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau e Sistemas Agroflorestais apresentou três possíveis soluções

Redação



Foto: SDRBahia

O presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau e Sistemas Agroflorestais, Milton Andrade Júnior enviou nesta semana um ofício para o secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Mapa (SDI/MAPA), Fernando Camargo, para tratar sobre o endividamento dos produtores de cacau do Sul da Bahia.

No documento, datado do dia 23 de novembro, Milton fala que o endividamento ocorre devido à “introdução criminosa da ‘Vassoura-de-Bruxa’, que dizimou 2/3 da produção de cacau da Bahia”.

comprovações de orientação técnica da Cepiac, rebate de 95% das dívidas oriundas de todos os contratos das dívidas do cacau e pagamento dos 5% remanescentes no prazo de 120 meses com juros anuais de 2%; e rebate de 95% das dívidas até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). Para as dívidas entre R\$1.000.001,00 e R\$2.000.000,00, rebate de 90%. Para as dívidas acima de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), rebate de 85%. Nesses três casos, o saldo remanescente deve ser pago em 120 meses com juros de 2% ao ano.

“Temos a certeza de que uma dessas três propostas sairá a solução definitiva para a região cacauzeira da Bahia”, afirma Milton Andrade Júnior.

No ofício, também é solicitada a abertura de crédito imediato para os novos produtores.



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 09h12 de 25/11/2020

Feirão Limpa Nome: Serasa ensina como aproveitar o 13º para quitar dívidas

26ª edição do evento tem mais de 50 empresas de diversos segmentos para ajudar na hora de renegociar

ECONOMIA

Publicado em 24/11/2020 às 18h40.

Ipea reduz previsão para PIB agropecuário este ano e em 2021

Valor adicionado da lavoura caiu de 3,9% para 3,8%, enquanto na pecuária redução foi de -1,5% para -2%

Redação



Foto: divulgação Aiba

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revisou para baixo as previsões para o PIB da agropecuária brasileira este ano e em 2021. Para 2020, a estimativa caiu de 1,9% (outubro) para 1,5% na Carta de Conjuntura Agro de novembro, divulgada nesta terça-feira (24). Para o próximo ano, a redução foi de 2% para 1,2%.

Segundo o Ipea, a Carta de Conjuntura tem como base o levantamento sistemático da produção agrícola, do IBGE, e estimativas para a pecuária.

Nas projeções para este ano, o valor adicionado da lavoura teve seu crescimento revisado de 3,9% para 3,8%, enquanto o da pecuária caiu de -1,5% para -2,0%. Para o componente “outros”, que inclui exploração florestal, pesca e aquicultura, a queda projetada também se intensificou, de -6,4% para -9,4%.

Esta queda se deve principalmente à substituição de parte das estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por dados do IBGE. Apesar do IBGE também considerar safras recordes de soja (4,6%) e milho (2,6%) no próximo ano, a queda de outras culturas deve compensar parte da contribuição positiva desses dois grãos, avalia o Ipea.



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 09h12 de 25/11/2020



Feirão Limpa Nome: Serasa ensina como aproveitar o 13º para quitar dívidas

26ª edição do evento tem mais de 50 empresas de diversos segmentos para ajudar na hora de renegociar

ECONOMIA

Publicado em 24/11/2020 às 13h18.

Arrecadação federal soma R\$ 153,9 bilhões em outubro

Pagamento de impostos adiados estimula crescimento de 9,56%

Redação



Foto: Arquivo/Agência Brasil

A arrecadação total das receitas federais atingiu, em outubro, R\$ 153,938 bilhões, um crescimento real (descontada a inflação) de 9,56% em relação ao mesmo mês de 2019. Segundo reportagem de Kelly Oliveira, da Agência Brasil, Os dados foram divulgados nesta terça (24) pela Receita Federal. O crescimento é explicado pelo pagamento de tributos que haviam sido adiados como medida de enfrentamento à crise gerada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).

As Receitas Administradas pela Receita Federal, como impostos e contribuições federais, arrecadaram em outubro R\$ 146,081 bilhões, aumento de 12,31%. De janeiro a outubro, a arrecadação alcançou R\$ 1,132 trilhão, queda de 9,06%. Em outubro, o volume de pagamentos de tributos que haviam sido adiados chegou a R\$ 16,252 bilhões.

As receitas administradas por outros órgãos, principalmente royalties do petróleo, somaram R\$ 7,857 bilhões, com queda de 24,64% em relação a outubro de 2019.

R\$ 33,433 bilhões, o que representa um acréscimo real de 19,97%.

“Esse resultado pode ser explicado pelo acréscimo real de 7,4% do volume de vendas e pelo decréscimo real de 7,2% no volume de serviços [dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE] em setembro de 2020 em relação a setembro de 2019”, disse a Receita, em relatório.

Também houve recolhimento de parcelas adiadas anteriormente, relativas a maio de 2020, e aumento nominal de 137% no volume das compensações tributárias.

A Receita Previdenciária teve arrecadação de R\$ 42,019 bilhões, o que representa acréscimo real de 15,01%. “Esse desempenho é explicado pelo pagamento dos diferimentos [adiamento] do Simples Nacional relativo ao mês de abril de 2020, da Contribuição Previdenciária Patronal relativo ao mês de maio de 2020 e dos parcelamentos especiais relativos ao mês de junho de 2020 e pelo aumento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária”, diz relatório da Receita.

O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram no mês de outubro uma arrecadação de R\$ 31,889 bilhões, com crescimento real de 17,97%.

Resultado acumulado

No acumulado de janeiro a outubro, a arrecadação alcançou R\$ 1,180 trilhão, queda real de 9,45%.

O resultado foi “bastante influenciado” pelos diferimentos, que são o adiamento para o pagamento do tributo. Esse adiamento foi uma das medidas adotadas pelo governo para o enfrentamento da crise econômica gerada pela pandemia da covid-19

Esses adiamentos somaram mais de R\$ 48 bilhões de janeiro a outubro. As compensações tributárias (ressarcimentos do Fisco aos contribuintes) cresceram 57% ao acumular R\$ 131,436 bilhões.

Entre os destaques da Receita para o período de janeiro a outubro, a Cofins e o PIS/Pasep apresentaram arrecadação conjunta de R\$ 232,154 bilhões, com queda real de 16,39%.

A Receita Previdenciária apresentou arrecadação de R\$ 323,522 bilhões no período de janeiro a outubro, com decréscimo real de 9,96%.

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) teve arrecadação de R\$ 18,733 bilhões, queda real de 45,88%. Segundo a Receita, essa queda aconteceu devido à redução da alíquota do imposto a zero para operações de crédito desde 3 de abril de 2020.

Veículo: Bocão News	Coluna: Economia
Data: 25/11/2020	



Espaço fiscal para extensão do auxílio emergencial em 2021 é 'muito reduzido', diz secretário do Tesouro Nacional



24 de Novembro de 2020 às 17:06 Por: Leonardo Sá/Agência Senado Por: Agência Senado

Em audiência pública na comissão do Parlamento que fiscaliza as ações do governo no combate à crise gerada pela pandemia, o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, afirmou que o espaço fiscal visando a extensão do auxílio emergencial para 2021 é "muito reduzido", então um Bolsa Família vitaminado por mais recursos orçamentários pode servir como a "aterrissagem suave" para milhões de brasileiros que ainda dependerão do auxílio emergencial até dezembro. Funchal explicou como, a seu ver, este processo de transferência ao Bolsa Família deve ocorrer, acrescentando que ainda existe poupança referente ao pagamento dos auxílios durante 2020.

"Em relação à extensão do auxílio, o espaço é muito reduzido, se não zero. Então qual é a alternativa? Se você olha o resultado proporcionado pelo auxílio em 2020 em termos de formação de poupança, você vê que ainda há uma poupança das famílias que foi formada. Então essa poupança pode ajudar no início do ano que vem. Como as famílias mais pobres usaram mais a poupança, provavelmente vão aterrissar no Bolsa Família. Mais famílias devem entrar no Bolsa Família, esta seria a aterrissagem em relação ao auxílio às famílias", explicou o secretário.

O fim do auxílio emergencial é uma das maiores preocupações dos parlamentares, que cobraram o fato do governo ainda não ter apresentado um plano concreto, para ser acionado a partir de janeiro, para os cerca de 40 milhões de brasileiros que ainda dependem deste dinheiro. Também presente à audiência, o secretário da Fazenda, Waldery Rodrigues, deixou claro que "nenhum brasileiro ficará à mercê das mazelas

de qualquer crise" caso a pandemia recrudescça em 2021. Também reforçou o compromisso do governo com o cumprimento das regras fiscais, dizendo que o objetivo é, em 2021, retomar o nível de despesas ocorrido em 2019.

"Em 2019 a despesa foi de 19,9% do PIB. Em 2020, será da ordem de 28,2% do PIB. Em 2021, se seguirmos atentos e seguindo as regras fiscais, só há solução perene desta forma, poderemos retornar a 2021 tanto com um nível de despesa da ordem de 19,8%, como também com capacidade de gerar empregos, melhorar a eficiência e reduzir a má alocação na economia. É uma questão de nos debruçarmos em conjunto, os Poderes da União, e trazermos soluções efetivas", defendeu.

Também como alternativa ao fim do auxílio emergencial, o presidente da comissão, senador Confúcio Moura (MDB-RO), pediu que o governo fortaleça as políticas de microcrédito.

"Com o microcrédito, há uma grande possibilidade de ajudar na geração do alto emprego, caso o BNDES libere recursos para as cooperativas de crédito, para as OSCIPs de crédito, enfim, para todos estes bancos pequenos acostumados a emprestar dinheiro pra pobre. Porque o Ministério da Economia não faz isso, já no final do ano, definindo um valor substancial para atender os informais brasileiros?", cobrou.

O senador ainda perguntou se há a possibilidade do estado de calamidade pública ser prorrogado para 2021, caso a pandemia se agrave. Na resposta, o secretário de Orçamento, George Soares, deixou a porta aberta para negociar políticas de combate à crise com o Parlamento.

"Caso haja uma recidiva da pandemia, se houver uma outra situação que fuja do controle que a projeção atual ainda não nos indica, vai ter que ser feita outra conversa do Poder Executivo com o Parlamento porque, no fundo, temos regras específicas, fiscais e de orçamento, que não deixam. O Poder Executivo não é soberano para resolver estes problemas. Como neste ano, se houver alguma questão mais aguda, isso vai ter que ser conversado com o Congresso quanto a questões orçamentárias e como resolvê-las", disse.

Alto endividamento

Funchal ainda declarou seu apoio à aprovação do PLP 137/2020, que desvincula os saldos de 29 fundos públicos na conta única do Tesouro Nacional. Sua aprovação colocará na mão do governo mais R\$ 190 bilhões que, no entender de Funchal, auxiliará na gestão da dívida pública, que se aproximará de 95% do PIB em 2020.

O tema também foi tratado pelo diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, para quem estabilizar a relação dívida/PIB deve ser uma prioridade nos próximos anos. Para ele, a frágil situação fiscal brasileira, que é estrutural e já se manifestava antes da crise de covid-19, tira a possibilidade do Brasil adotar políticas anticíclicas. Ele também crê que há uma "grande possibilidade" do teto de gastos ser rompido em 2021.

"Há espaço para políticas fiscais contracíclicas? A resposta é "não". No Orçamento de 2021, se pegarmos o PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual), o valor da despesa sujeita ao teto — R\$ 1,48 trilhão — é exatamente igual ao teto. Só que desde a apresentação do PLOA até agora, já se contrataram novos gastos ou perspectivas de

gastos. Como, por exemplo, a queda da desoneração da folha; a necessidade de compras na área da saúde em 2021, como as vacinas; e o auxílio emergencial, que é uma discussão ainda em aberto", alertou Salto.

Ele ainda detalhou mais a questão do rompimento do teto de gastos já a partir de 2021.

"É uma questão matemática: o teto não será cumprido no ano que vem, provavelmente — o risco é muito alto. Pode ser que seja cumprido com o corte expressivo da despesa discricionária, mas aí se põe em risco o funcionamento da máquina. Pra ficar claro: são R\$ 108,4 bilhões de despesas discricionárias no PLOA. Nestes R\$ 108,4 bilhões, há R\$ 16 bilhões de emendas impositivas e sobram R\$ 92 bilhões. Se for feito um programa de R\$ 15 bilhões como alternativa ao auxílio emergencial, por exemplo — o que eu acho modesto —, por 4 meses, teria que cortar R\$ 15 bilhões das discricionárias, sem mencionar a inflação mais alta, que vai afetar uma série de despesas indexadas à inflação", acrescentou.

Como alternativas a estes desafios estruturais, Salto defende que o governo e o Parlamento precisam aprofundar as discussões também em relação ao aumento das receitas. Mas "sem abandonar o compromisso fundamental do lado do gasto", aprofundando ainda as discussões sobre as propostas de regulamentação dos gatilhos do teto.



Arrecadação de impostos aumenta 9,56% e soma R\$ 153,9 bilhões em outubro

Alta foi registrada na comparação com o mesmo mês de 2019, quando foram arrecadados R\$ 135,2 bilhões. É o terceiro mês seguido de crescimento da arrecadação em 2020.

Por Luiz Felipe Barbiéri, G1 — Brasília
24/11/2020 11h19 Atualizado há 17 horas

A **Receita Federal** informou nesta terça-feira (24) que a arrecadação de impostos somou R\$ 153,9 bilhões em outubro. O valor representa uma alta de 9,56% na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando foram arrecadados R\$ 135,2 bilhões.

Os números oficiais também mostram que o resultado de outubro foi o maior para o mês em seis anos, ou seja, desde 2014, quando o valor atingiu R\$ 170,2 bilhões.

Arrecadação em 2020



Fonte: Receita Federal

No acumulado de janeiro a outubro de 2020, porém, há queda na arrecadação. Foram R\$ 1,18 trilhão, valor 9,45% menor que o registrado no mesmo período de 2019, **quando somou R\$ 1,26 trilhão.**

Empresas

De acordo com a Receita, a arrecadação de impostos pagos por empresas (IRPJ e CSLL) subiu quase 18% em outubro. Foram R\$ 31,9 bilhões, ante R\$ 27,3 bilhões em outubro do ano passado.

A maior parte da alta se deve ao balanço trimestral das empresas. Conforme a Receita, os fatores determinantes para os resultados de outubro foram:

- o crescimento dos impostos arrecadados pelas empresas;
 - a redução a zero das alíquotas do IOF aplicáveis nas operações de crédito.
- Ainda conforme os dados do Fisco, o mês de outubro registrou:
- **Cofins/Pis Pasep:** crescimento de 19,97% (impactado pelo recolhimento no mês das parcelas diferidas do mês de maio e o crescimento do volume de vendas em relação a setembro de 2019);
 - **Receita Previdenciária:** alta de 15,01% (impactado pelo recolhimento das parcelas diferidas e também o aumento de compensações);
 - **IRPJ/CSLL:** crescimento de 17,97% (impactado pelo balanço trimestral. Há recolhimentos maiores nos meses de outubro, janeiro e julho);
 - **IRPF:** crescimento de 19,26% (diferimento dos recolhimento das cotas neste ano. A postergação da entrega das declarações. Essa diferença de dois meses faz com que o volume de cotas elas venham em patamares maiores).
 - **IPI (exceto vinculado):** crescimento de 14,26% (destaque para o setor metalúrgico)
 - **Cide - combustíveis:** queda de 5,93%
 - **IOF:** queda de 71,19% (porque houve a prorrogação da desoneração do tributo sobre as operações de crédito).

Veículo: G1	
Data: 24/11/2020	Caderno: Bahia



Gasolina puxa alta da inflação na região metropolitana de Salvador; índice foi maior desde 2015

Inflação foi de 0,63% em novembro deste ano. Custos com habitação e vestuário foram os que mais puxaram para baixo.

Por G1 BA

24/11/2020 19h54 Atualizado há 14 horas



Prévia da inflação na região metropolitana de Salvador fecha em 0,63% em novembro; índice foi maior para mês desde 2015 — Foto: Reprodução/G1MS

A região metropolitana de Salvador registrou inflação de 0,63% em novembro deste ano. É a maior taxa para o mês desde 2015. O número integra o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e divulgado neste terça-feira (24). O IPCA-15 funciona como uma prévia da inflação oficial do mês.

Segundo o IBGE, apesar de ser elevado quando comparado com os cinco anos anteriores, o índice registrado na região metropolitana de Salvador no mês de novembro está abaixo do nacional (0,81%) e foi o terceiro menor entre as 11 áreas pesquisadas pelo IBGE.

O item que, individualmente, mais contribuiu para a aceleração do IPCA-15 de novembro na RMS foi a gasolina (1,63%), que aumentou depois de duas importantes deflações seguidas (-2,66% em setembro e -5,87% em outubro).

No entanto, o órgão explicou que o índice acelerou em relação a prévia de outubro, que fechou em 0,43%, e também em relação a novembro do ano passado, que ficou em 0,01%.

Conforme o IBGE, o grupo alimentação e bebidas (1,75%) teve novamente o maior aumento e exerceu mais uma vez a principal pressão de alta no IPCA-15 da RMS. Seguido pelos transportes (0,90%), que tiveram o terceiro maior índice em novembro.

O índice pontuou ainda que os alimentos consumidos em casa também contribuíram para elevar a inflação para cima, com altas importantes na batata-inglesa (42,29%, maior aumento dentre todos os produtos pesquisados), no tomate (18,45%), no arroz (7,37%) e no óleo de soja (14,03%).

Os custos com habitação e vestuário foram os que mais puxaram o índice para baixo.

Veículo: Metro1	Coluna: Política
Data: 25/11/2020	



Política

Covid-19: Governo não gasta verba reservada para profissionais de saúde, hospitais e alimentos

O relatório mais recente da Câmara dos Deputados, com dados até o dia 20 de novembro, mostra que apenas 4,6% do dinheiro foi efetivamente gasto



Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Por **Kamille Martinho** no dia 25 de Novembro de 2020 · 09:20

O governo Jair Bolsonaro não gastou o dinheiro reservado para contratar médicos durante a pandemia, reestruturar hospitais, comprar testes de Covid-19 para presídios e fomentar agricultura familiar para doação de alimentos.

Relatórios da Câmara apontam que, pelo menos, dez ações da gestão Bolsonaro não avançaram, apesar da abertura imediata de créditos extraordinários por meio de MPs (medidas provisórias).

Segundo a Folha, os créditos foram gerados dentro do chamado orçamento de guerra. Com ele, há flexibilização das regras fiscais até 31 de dezembro, prazo do estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia do novo coronavírus.

O relatório mais recente da Câmara dos Deputados, com dados até o dia 20 de novembro, mostra que apenas 4,6% do dinheiro foi efetivamente gasto.

Veículo: Site da Varela Notícias	
Data: 25/11/2020	Caderno: Brasil



25/11/20 às 06h41 - Atualizado em 25/11/20 às 07h13

Governo libera R\$ 409 milhões para projetos de tecnologias da internet

Repasse do Funttel será operacionalizado pelo BNDES e pela Finep



Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Agência Brasil

O Ministério das Comunicações (Minicom) anunciou nesta terça-feira (24) o repasse de R\$ 409 milhões para investimentos no desenvolvimento e ampliação de tecnologias de internet das coisas em sistemas agrícolas, de transporte, de saúde e de segurança, e em soluções para internet 5G. Os recursos são provenientes do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Comunicação (Funttel), que completa 20 anos esta semana.

De acordo com o governo federal, os recursos vão financiar 17 projetos, em um prazo de 36 meses, a partir de operações de crédito viabilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Cada instituição receberá R\$ 204,9 milhões. O limite de financiamento é de até R\$ 30 milhões por entidade ou empresa beneficiária a cada 24 meses, mas esse valor poderá ser ampliado mediante autorização específica do conselho gestor do Funttel.

“A gente elencou duas prioridades. A primeira é usar esses R\$ 200 milhões para dar acesso a conexão de internet para cerca de 800 mil pessoas. E a segunda, usar esses recursos para toda a cadeia de telecomunicações e inovação”, destacou o presidente

do BNDES, Gustavo Montezano, durante cerimônia que marcou a transferência dos recursos do Ministério das Comunicações para o banco.

A expectativa do governo é que os projetos possam gerar até 41 mil novos empregos diretos e indiretos no país, além de aumentar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Segundo o Minicom, o repasse deste ano é o maior montante anual já liberado pelo Funttel desde a sua criação, uma alta de 36% em relação a 2019, e quase quatro vezes superior à média anual de repasses feitos entre 2001 e 2018. O Funttel foi criado em 2000 com o objetivo de estimular projetos de inovação tecnológica, a capacitação de pessoas, o fomento à geração de empregos e a promoção do acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital.

A gestão deste fundo está no âmbito do Ministério das Comunicações. O recurso é formado a partir 0,5% sobre o faturamento líquido das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e contribuição de 1% sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas.



FMI joga pressão no governo ao falar em estímulo fiscal

BRASÍLIA

A recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países evitarem a retirada prematura dos estímulos fiscais concedidos para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus aumentou a pressão sobre o governo brasileiro

sou preocupação na equipe econômica brasileira que tem defendido a consolidação fiscal e apontado para os representantes do organismo multilateral que a situação do Brasil é diferente. “O FMI não se atentou para situação específica do Brasil, onde o conjunto de instrumentos usados para combater

com a proximidade do fim do auxílio emergencial e do estado de calamidade, previsto para o fim do ano.

Na reunião de cúpula virtual do G-20, a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, no fim de semana, defendeu que autoridades globais evitem

os efeitos econômicos da pandemia foi mais elevado e resultou em gastos maiores do que em outros países”, disse ao Estadão o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida.

Segundo ele, dadas as suas características específicas, o Brasil está num momento onde é mais importante para a po-

retirar iniciativas de alívio fiscal de forma prematura. Segundo ela, é hora agora de se preparar para um impulso sincronizado de investimento em infraestrutura verde e digital para revigorar o crescimento, limitar cicatrizes e atender às metas climáticas.

A recomendação do FMI cau-

pulação mais pobre defender a consolidação fiscal do que a expansão do gasto público. “O Brasil encontra-se hoje numa situação em que, se gastarmos muito, a inflação sobe, os juros aumentam, o desemprego aumenta, o investimento e o PIB caem”, ressalta. Para ele, defender a consolidação fiscal não é questão de ideologia, mas política que protege, em especial, a população mais pobre. /A.F.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 24/11/2020	Caderno: Economia



Reforma tributária e produtividade

A principal razão pela qual o Brasil necessita de uma reforma da tributação de bens e serviços – como a proposta na PEC 45/2019, da Câmara dos Deputados – é seu enorme impacto sobre o potencial de crescimento do País. Segundo estudo do economista Bráulio Borges, disponível no site do Centro de Cidadania Fiscal, a aprovação da PEC 45 elevaria o Produto Interno Bruto (PIB) potencial do Brasil em cerca de 20 pontos percentuais (p.p.) em 15 anos e em 24 p.p. no longo prazo.

Cerca de 1/3 desse impacto adviria do aumento da taxa de investimento e do estoque de capital, em decorrência, principalmente, da eliminação da cumulatividade do sistema atual. Cerca de 2/3 do aumento do potencial de crescimento resultariam da elevação da produtividade total dos fatores, que é um indicador da eficiência da economia.

Neste artigo, busco explicar por que a reforma tributária tem um impacto tão relevante sobre a produtividade. Alguns dos motivos são mais conhecidos e aparentes; outros são menos.

Em primeiro lugar, a reforma, nos termos propostos na PEC 45, teria como consequência uma enorme redução da burocracia necessária para o pagamento de tributos. Segundo estudo do Banco Mundial, o Brasil é o campeão mundial de burocracia tributária (medida em horas gastas por uma empresa de porte médio para pagar impostos) em decorrência, sobretudo, da complexidade dos tributos indiretos sobre bens e serviços. Tendo por base esse estudo, a Endeavor calculou que a reforma tributária poderia reduzir o número de horas despendidas para o pagamento de tributos indiretos em 68%. Tal simplificação afeta diretamente a produtividade, pois libera recursos improdutivos – hoje alocados em processos burocráticos – para serem utilizados em atividades produtivas.

Em segundo lugar, a simplificação do sistema tributário também é essencial para reduzir o grau de litígio sobre matérias tributárias no País. Estudo elaborado pelo Insper estima que o contencioso tributário brasileiro – consideradas as esferas administrativa e judicial e os três níveis de governo – chega a 73% do PIB. Esse nível absurdo de litígio – provavelmente também o maior do mundo – afeta a produtividade de duas formas: de um lado, por causa do elevado custo de defesa das empresas e do Fisco (com advogados, procuradores, etc.); de outro, pelo aumento da insegurança jurídica, que, além de consumir muita energia da alta administração das empresas, também resulta em menor investimento.

Por fim, e principalmente, os atuais tributos indiretos prejudicam a produtividade ao induzir uma organização extremamente ineficiente da estrutura produtiva brasileira. A perda de produtividade decorre da mudança de preços relativos provocada por um sistema tributário caracterizado por múltiplos tributos e uma quantidade enorme de alíquotas, benefícios fiscais e regimes especiais. Ao distorcer preços relativos, a tributação induz a alocação de recursos em formas de organização da produção que são menos eficientes, ou seja, que requerem um volume maior de capital e de trabalho para

Segundo estudo, aprovação da PEC 45 elevaria o PIB potencial do Brasil em cerca de 20 p.p. em 15 anos produzir a mesma quantidade de bens e serviços finais.

Tais distorções podem ser setoriais, como, por exemplo, no caso da construção civil – pois no Brasil a construção em alvenaria é menos tributada que a construção com estruturas pré-

fabricadas. Podem ser regionais, como ocorre no caso dos centros de distribuição, que, por causa de benefícios fiscais, se estabelecem em locais onde o custo de logística é mais elevado. E podem prejudicar a terceirização de atividades, por razões meramente tributárias. Esses são apenas alguns exemplos de deturpações que são generalizadas. Em todos os casos, o resultado é o uso ineficiente dos recursos disponíveis.

Quando consideradas todas as distorções geradas pelo sistema tributário atual, é fácil de entender por que a reforma tributária pode ter um impacto tão relevante sobre a produtividade e o investimento e, portanto, sobre o potencial de crescimento do Brasil.

24 estados têm de investir mais para universalizar saneamento

Em 17 aporte teria de ser no mínimo o triplo da média dos últimos anos, diz estudo

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Estudo da consultoria GO Associados aponta que 24 das 27 unidades da Federação precisarão ampliar a média de investimentos em saneamento para atingir as metas de universalização definidas pelo novo marco regulatório do setor. Em 17 deles, os aportes precisam ser, no mínimo, o triplo da média dos últimos anos.

A consultoria avaliou a situação por estado, comparando as necessidades futuras com o investimento médio feito entre 2014 e 2018. O cenário é crítico em estados do Norte e do Nordeste, que hoje têm indicadores mais precários do oferta dos serviços.

O Amapá, por exemplo, precisaria multiplicar os aportes em 18,43 vezes, passando de uma média anual de R\$ 6 milhões para R\$ 111 milhões. Já o Piauí teria que passar de R\$ 61 milhões para pouco mais de R\$ 1 bilhão, ou 16,36 vezes mais.

Maranhão, Rondônia, Pará e Amazonas teriam que multiplicar os aportes mais de cinco vezes. Esses, Maranhão e Pará são os que demandam a maior média de investimentos anuais, de R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,2 bilhão, respectivamente.

O estudo foi contratado pelo Instituto Trata Brasil, apoiado por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico, como concessionárias privadas e prestadores de serviço para o setor. Para os autores, os resultados reforçam a necessidade parcerias com o capital privado.

Ao todo, o setor vê a necessidade de investimentos de R\$ 519 bilhões para universali-

zar os serviços, segundo estudo feito em 2019 pela consultoria KPMG e pela Abcon (Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto).

Na aprovação do marco regulatório do setor, no primeiro semestre, a estimativa subiu para R\$ 700 bilhões. Considerando o estudo da Abcon, a GO Associados estima que o setor precisaria ao menos de aportes médios anuais de R\$ 34,7 bilhões nos próximos 15 anos — em valores de hoje, R\$ 520 bilhões no total.

A expectativa é que a onda de leilões de concessão ou PPPs (parcerias público-privadas) ganhe força nos próximos anos, diante da obrigação pelo cumprimento das metas estabelecidas no marco. Apenas para 2021, o BNDES prevê ao menos seis ofertas.

Uma delas será para a prestação dos serviços nos 16 municípios do Amapá, um dos estados com menor cobertura. Os estudos desenvolvidos pelo banco apontam necessidade de R\$ 3 bilhões em investimentos. Entre 2014 e 2018, o

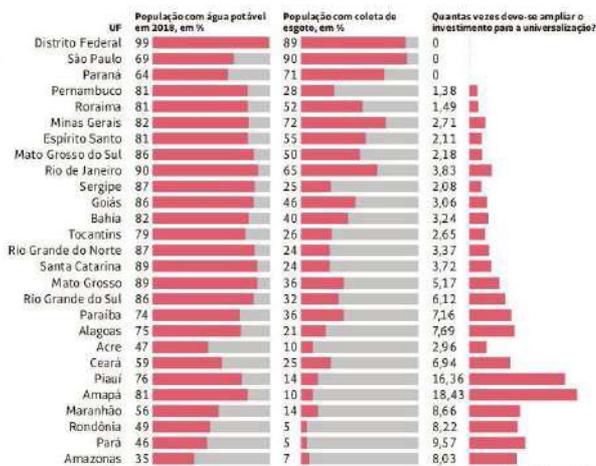
estado investiu uma média de R\$ 6 milhões por ano.

Sancionado em julho, o marco regulatório estipulou que, até 2033, 99% da população deve ter água tratada e 90% devem ter acesso a sistemas de esgotamento sanitário. As metas já existiam no Plano Nacional de Saneamento Básico, aprovado em 2013, mas com menos instrumentos de cobrança por seu cumprimento.

“É um desafio muito grande, mas o cenário é mais animador do que há dois ou três anos”, diz Pedro Scazufca, pes-

Maior parte dos estados precisa multiplicar investimentos em saneamento

Marco legal estabeleceu 2030 como meta para universalização de acesso ao serviço



Fonte: GO Associados

Black Friday

Cadeira Aeron Grafite Completa
com todos os ajustes
12X R\$740,00



Fale com um consultor

NOVO AMBIENTE

Al. Cabral (Monteiro da Silva, 583)
(11) 3062-3351
novaambiente@novaambiente.com.br
novaambiente.com.br | novaambiente.com.br

quisador do Instituto Trata Brasil. “A gente começa a ver esses projetos saindo do papel e apontando na direção de aumentar os investimentos.”

O estudo da GO Associados considera, com dados de 2018, o índice de cobertura de cada estado e a média de investimentos nos três anos anteriores. A partir daí, calcula quanto seria necessário para o cumprimento das metas de universalização.

Próximos da universalização, apenas São Paulo, Paraná e o Distrito Federal conseguiram atingir as metas mantendo a média de investimentos do período pesquisado. São Paulo, por exemplo, já tem 96% da população abastecida com água potável e 92% com acesso à rede de esgoto.

Na outra ponta, o Amazonas garante água potável para 35% da população. Apenas 7% têm acesso à rede de esgoto.

O estudo ressalta que, na lista dos 17 estados que têm média histórica de investimento muito abaixo do necessário para a universalização, 5 já iniciaram tratativas com o BNDES para conceder os serviços: Rio Grande do Sul, Acre, Ceará e Piauí, além do Amapá.

Entre os sete que investem alto, mas ainda abaixo do necessário, três também decidiram buscar parceria com o setor privado: Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Espírito

Santo. Os dois últimos realizaram leilões neste ano, vencidos pela Aegea Saneamento.

Já o leilão da estatal fluminense Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto) está previsto para o primeiro trimestre de 2021, com investimento estimado em R\$ 31 bilhões para universalizar os serviços em 47 cidades do estado.

BNDES e governo do estado discutem um último ponto de divergências: o preço da água pago pelos concessionários dos quatro blocos de cidades em que foi dividida a concessão. A produção de água por mananciais estatais, e o governo teme que a empresa remanescente não seja sustentável.

O marco do saneamento obriga estados e municípios a conceder os serviços à iniciativa privada, mas cria a possibilidade de caducidade de concessões caso as metas não sejam cumpridas. Assim, o setor espera que, sem capacidade de investimento, estados e municípios optem por parcerias.

“É uma decisão estratégica de cada estado”, afirma Scazufca. “Mas, se a gente olha o diagnóstico e o sucesso dos primeiros leilões, a tendência é que outros governantes tentem atrair mais capital, já que o desafio é muito grande e muitas concessionárias estaduais ou municipais não têm condições financeiras de fazer isso.”

Setor é resistente como renda fixa, afirma vencedor de leilões

ENTREVISTA
ROGÉRIO TAVARES

RIO DE JANEIRO Vencedora de dois dos três leilões de saneamento feitos no Brasil neste ano, a Aegea Saneamento acredita que o país tenha entrado de vez na mira de investidores internacionais, que devem acirrar a competição nos leilões previstos para 2021, principalmente o da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto) do Rio, o maior deles.

A empresa, que já opera em 57 municípios brasileiros, levou em 2020 contratos para prestação dos serviços em Alagoas e em Mato Grosso do Sul, com investimentos previstos de R\$ 1,6 bilhão. Mas diz que sua situação financeira é confortável e que está preparada para as próximas disputas.

Na avaliação do vice-presidente de Relações Institucionais da empresa, Rogério Tavares, a atração de investimentos estrangeiros depende da definição de regras mais uniformes para a gestão dos contratos em todo o país, processo que vem sendo tocado pela ANA (Agência Nacional de Águas) a partir da aprovação do novo marco do setor.

Atualmente, estados e municípios têm agências reguladoras em diferentes níveis e com diferentes entendimentos sobre contratos, o que, em sua opinião, aumenta insegurança e custos de transação.

Nicola Pamplona

lo BNDES anteriormente, trabalhando em cima da legislação atual do setor. Mas, obviamente [com o marco], houve interesse maior. O marco legal sinaliza que vamos construir mais segurança jurídica, notadamente no papel que a ANA vai desempenhar de supervisão regulatória nacional.

É possível uniformizar a atuação das agências em um país tão diverso? Uma das coisas que o marco traz é a criação de padrões de referência para a regulação, para que as diversas agências sigam regras básicas, tenham um padrão de norma e de fiscalização em questões tarifárias, de reequilíbrio de contratos,

vários temas complexos. A ANA vai padronizar isso.

Outra coisa é um programa de capacitação do pessoal das agências, o que é fundamental. Uma coisa é ter uma agência em São Paulo, outra, um agência em um município pequeno do interior. Os portes são diferentes, as realidades são diferentes, e a capacitação profissional não é igual. Conseguir estabelecer um padrão diminui bastante não só a insegurança jurídica como os próprios custos de transação.

Como a Aegea vai financiar os investimentos? Tem possibilidades diversas, a gente pode usar fontes conven-

cionais e pode ir a mercado. A gente tem ido muito a mercado. Tem 70% do endividamento no mercado de capitais, pelas condições favoráveis em termos de taxa básica de juros reduzida.

O mercado tem mostrado interesse em participar no saneamento, que é um monopólio regulado, com resiliência muito característica. Mas hoje temos situação bastante tranquila.

O cenário, então, é favorável ao setor? Tem taxa de juros com perspectiva de estabilidade. É um setor que demanda investimento e tem um multiplicador de 2,8, ou seja, para cada R\$ 1 bilhão, vai gerar

R\$ 2,8 bilhões, em termos de renda, de produção de máquinas e equipamentos... Ou seja, é um setor fundamental para a retomada econômica.

Alguns estados têm optado por concessão, outros, por PPP. Para a Aegea, qual o modelo mais atraente? Buscamos ambos. Por exemplo, o modelo da Cedae, que é uma concessão comum, nos interessa. Vamos disputar. Tem de olhar a todos para ganhar alguns. A tendência é que a concorrência vá aumentando.

Até agora, tínhamos poucas empresas no setor. A partir da lei, abre-se um mercado que estava relativamente travado. Os investidores internacionais devem estar esperando as coisas se consolidar e devem se aproximar mais a partir do próximo ano, já olhando para oportunidades como a da Cedae, que é um processo muito maior em termos de licitação.

Estamos falando do atendimento de 12 milhões de pessoas, de investimentos da ordem de R\$ 30 bilhões.

A lei fala em universalização do saneamento até 2033. É possível? A lei fala num prazo de 2033, que pode ser estendido até 2040 em algumas situações. Se eu considerar o horizonte até 2040, entendo que é perfeitamente factível. Tudo até 2033 eu acho difícil. Eventualmente alguma coisa escorrega, vai até 2040. Mas, de ter insucesso etc., entendo que há como.

Claro que tem um aumento muito grande de demanda, mas é uma coisa muito importante para o país, porque vai movimentar a economia.



Rogério de Paula Tavares, 62

e engenheiro civil com MBA em finanças pelo Ibmec, foi diretor-executivo de Infraestrutura e Saneamento da Caixa e hoje ocupa a vice-presidência de Relações Institucionais na Aegea. Com atuação em 57 municípios em 12 estados, sem considerar os leilões vencidos neste ano, a Aegea teve em 2019 receita de R\$ 2,2 bilhões. Fechou o ano com lucro de R\$ 294,4 milhões.

Divulgação

O marco regulatório teve influência na decisão da Aegea de estar nesses leilões? Para esses leilões recentes, não chegou a ter impacto direto. Eles vinham sendo formatados pe-

mercado

FACULDADE
FIEPECAFI

'Pergunta para o vírus', diz Bolsonaro sobre possibilidade de estender auxílio

A grupo de apoiadores, no Planalto, presidente afirma esperar que doença 'esteja realmente de partida do Brasil'

Júlia Chalh

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira (24) esperar que não seja necessário prorrogar o pagamento do auxílio emergencial e que o coronavírus esteja "de partida do Brasil".

O mandatário deu a declaração ao conversar com um grupo de apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada.

Quando lhe foi perguntado sobre a possibilidade de prorrogar o auxílio emergencial, o presidente deixou uma brecha, mas afirmou torcer para que isso não ocorra.

"Pergunta para o vírus", respondeu um apoiador. "A gente se prepara para tudo, mas tem que esperar certas coisas acontecerem. Esperamos que não seja necessário porque é sinal de que a economia vai pegar e não teremos novos confinamentos no Brasil", continuou.

"Desde o começo, eu nunca fui a favor do confinamento. Sempre defendi a ideia do isolamento vertical, mas, infelizmente, a decisão coube aos governadores e prefeitos."

Em seguida, Bolsonaro afirmou que, se não fosse a concessão do auxílio emergencial e outras medidas tomadas pelo governo, "a economia tinha quebrado no Brasil".

"Então, a gente espera que não seja necessário [a prorrogação do auxílio] e que o vírus esteja realmente de partida do Brasil", concluiu o presidente.

O auxílio foi criado originalmente para durar três meses (tendo como base os meses de abril, maio e junho). Depois, o governo prorrogou por duas parcelas (julho e agosto). O valor de R\$ 600 foi mantido em todo esse período.

Posteriormente, o governo estendeu de novo o pagamento do auxílio, mas a um valor de R\$ 300, cuja última parcela será paga em dezembro.

Na segunda (23), o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que, do ponto de vista do governo, não haverá prorrogação do auxílio emergencial para 2021. Segundo ele, a pandemia do coronavírus está cedendo no país e a atividade econômica está voltando.

Também nesta terça, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, afirmou que o espaço para aumentar despesas para o próximo ano é extremamente reduzido, ou mesmo inexistente. A lógica, acrescentou, vale inclusive para a prorrogação do auxílio.

"Nosso espaço para aumentar qualquer despesa é muito, muito, muito reduzido, se não zero", afirmou o secretário do Tesouro em audiência pública na comissão mista do Congresso que acompanha as ações de enfrentamento ao novo coronavírus.

"Por isso que temos que ter muito cuidado quando for muito discutir as próximas políticas, porque o tamanho do esforço que foi feito neste ano foi muito significativo e a gente precisa virar essa página e voltar para o processo de reorganização fiscal", completou.

Colaboraram Renato Machado e Fábio Pupo, de Brasília.

Para presidente do BC, distanciamento perdeu efetividade

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta terça (24) que o distanciamento social perdeu efetividade, especialmente entre os mais jovens. Se-

gundo ele, o custo-benefício de adotar a medida é menor agora que no início da pandemia.

"Nós olhamos a efetividade dos distanciamentos sociais [nos países] e tem sido cada vez menor. Não porque o distanciamento é uma prática ruim, mas não tem sido tão efetivo, principalmente entre os mais jovens, em de fato limi-

tar a mobilidade. Passou muito tempo, e os jovens têm menos paciência para aderir às regras", afirmou.

"Se a gente pegar o custo econômico do distanciamento social versus efetividade, o que a gente vê mais recentemente é uma relação custo-benefício inferior ao que se viu no passado.", Larissa Garcia



O presidente Jair Bolsonaro conversa com simpatizantes na rampa do Palácio do Planalto. Foto: Lázaro Falcão/Agência

Economistas debatem crescimento com responsabilidade fiscal

SÃO PAULO A Folha e o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV promovem nesta quinta (26), às 10h, evento online para apontar saídas para o cenário pós-pandemia e as alternativas para acelerar o crescimento mantendo as contas públicas sob controle.

Nos últimos anos, mesmo antes da pandemia, a economia já vinha apresentando crescimento medíocre, ao redor de 1% ao ano. Agora, com os gastos extras para combater os efeitos do coronavírus, o temor é que as contas saiam do controle, comprometendo a retomada prevista para 2021.

Com o fortalecimento da desigualdade, a queda na ocupação e o recuo do PIB estimado em cerca de 5% neste ano, iniciar um novo ciclo de crescimento será essencial para ab-

sorver milhões de desempregados, reduzir a informalidade e minorar o quadro fiscal, tanto pelo lado da receita quanto dos gastos públicos.

Mas como gerar crescimento dentro de um quadro de incertezas, com uma dívida bruta que caminha para 100% do PIB, sem reformas essenciais para destravar o país e que possam reduzir os gastos da União, tornando o Brasil menos desigual e mais produtivo?

Participam do evento "Como gerar um novo ciclo de crescimento?" a economista Laura Carvalho, professora livre-docente da Faculdade de Economia e Administração da USP e Samuel Pessôa, pesquisador associado do Ibre-FGV e colunista da Folha —com mediação do repórter especial da Folha Fernando Canzian.

semináriosfolha
folha.com/melanoma

Melanoma

webinar

Os caminhos e as alternativas do paciente com melanoma

No Seminário Folha Melanoma, médicos e especialistas da área discutem os desafios no diagnóstico e no combate a esse câncer de pele, especialmente na pandemia de Covid-19. O evento também aborda a experiência do paciente e de seus familiares em relação às necessidades e dificuldades durante o tratamento da doença.

Seminários Folha. O Brasil precisa ser discutido.

Debates

DEBATE 1	15h30	DESAFIOS EM UNIVERSALIZAR O DIAGNÓSTICO	
ALEXEI PETER oncologista da Oncoclínica e coordenador do programa de oncologia clínica de Santa Casa em Porto Alegre	ANA REIA MELO chefe da divisão de pesquisa clínica e desenvolvimento tecnológico do INCA e oncologista da Oncoclínica	ELIMAR R GOMES dermatologista da Beneficência Portuguesa de São Paulo e do Grupo Brasileiro de Melanoma	MARA GIAVINA BIANCHI divisora em dermatologia pela Faculdade de Medicina da USP e pela Harvard Medical School, pesquisadora do Hospital Albert Einstein
DEBATE 2	16h15	DESAFIOS NO COMBATE À DOENÇA	
MARLENE OLIVEIRA empresenadora e social e presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida	NELSON TEICH oncologista e ex-ministro da Saúde	RAFAEL SCHMERLING oncologista clínico da Beneficência Portuguesa de São Paulo e presidente do Grupo Brasileiro de Melanoma	
DEBATE 3	17h00	A EXPERIÊNCIA DO PACIENTE	
FLÁVIA MAGLI presidente do Instituto Camaleão	LIZ MARIA DE ALMEIDA oncologista e chefe de coordenação de prevenção e vigilância de Inca	REBECCA MONTANHEIRO presidente do Instituto Melanoma Brasil	

HOJE
15h30

Evento gratuito

Assista ao vivo em folha.com/melanoma pelo seu computador, tablet e celular

WhatsApp para perguntas ao vivo
11 99648-3478

Patrocínio:

Realização:

mercado

Bolsonaro sem auxílio emergencial

Até para achar um dinheirinho para o 'renda básica' será necessário corte duro

Vinícius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Imagine a seguinte manchete: "Bolsonaro quer congelar aposentadorias do INSS". A seguir, viria outra, mais ou menos assim: "Governo propõe corte de salários de servidores do Brasil inteiro". Antes de discutir se tais ideias prestam ou que significam, suponho-se que Jair Bolsonaro vai achar disso, a indo mais de seis notícias da baixa de sua popularidade em grandes capitais se confirmarem pelo resto do país.

Essas são algumas ideias em discussão para que se arrume

algum dinheiro para o "Renda Brasil", Bolsa Família encorpada, o nome que se dá, algo que substitua o auxílio emergencial. Além de todos os problemas fiscais, técnico-legais, de disputas no Congresso e de pressões dos donos do dinheiro, há o fator Bolsonaro. Olhando as pesquisas de popularidade de dezembro, vai tomar qual medida?

Vai haver dinheiro para atender a pobreza e a miséria que virou com a fim do auxílio emergencial e a persistência do desemprego? Lembrete antes do

epidemia, havia 92 milhões de pessoas ocupadas no país.

Os dados recentes não são muito precisos (nem recentes), mas a população ocupada deve andar pela casa de 83 milhões ou 84 milhões. Vai haver emprego para 8 milhões de pessoas até janeiro? Não. Para as pessoas que chegaram ao mercado de trabalho neste ano? Não. A renda do trabalhador informal miudinho vai se recuperar com a epidemia ainda fervendo? Não.

O congelamento das aposentadorias valeria a penas para

benefícios com valor maior do que um salário mínimo (Bolsonaro havia vetado o congelamento geral do valor de aposentadorias e outros benefícios do INSS).

"Congelamento" significa que os benefícios não teriam reajuste nem pela inflação. Dos 35,8 milhões de benefícios pagos por mês, 11,7 milhões valem mais de um salário mínimo, cerca de um terço deles (que absorvem 53% da despesa, porém). Parece o suficiente para causar surra política. Reduzir jornada e cortar sa-

lário de servidor (não apenas os federais) é um plano do Ministério da Economia desde o fim do ano passado e uma medida prevista pelas normas do "teto" de gastos, as quais precisam de regulamentação, no entanto, Bolsonaro tem vetado medidas que afetem os servidores atuais.

De novo, veio a conversa de cortar subsídios: isso não permite mais despesa (por causa do teto), a não ser que se trate de subsídios de crédito, em que Bolsonaro não deve mexer, pois daria problema com seus amigos e renderia pouca de resto.

Ou Bolsonaro aceita os cortes de despesa para financiar algum (pequeno) "Renda Qualquer Coisa" ou Bolsa Família gordão ou não terá nada. Nada ou não ser que adota a melhoria da extensão do auxílio emergencial, que dependeria da extensão do período de calamidade, o que Paulo Guedes dis-

se não quer: exceto em repique maior da epidemia. Nem Guedes nem Rodrigo Maia, presidente da Câmara, gostam da ideia. Mas o centro gosta.

Em resumo, a discussão está praticamente na mesma de agosto e setembro, quando Bolsonaro vetou cortes de despesas sociais e os credores do governo elevaram as taxas de juros por causa da ameaça dos "jura-teto". Desde então, apenas ficou mais claro que o dinheiro que houver para auxílios dados os impossos, será bem pequeno.

Com auxílio ou "renda básica" pequenos, tende a haver problema político-social e alguma desaceleração no consumo. No trimestre junho-agosto, o pagamento médio mensal dos auxílios foi de R\$ 45,3 bilhões por mês. Em setembro, de R\$ 24 bilhões. Em janeiro, quase nada. É problema. vinicius.torres@folha.com.br

Prévia da inflação supera o centro da meta

IPCA-15 de novembro fica em 4,22% em 12 meses, mais uma vez sob forte influência da alta no preço dos alimentos

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO Puxada mais uma vez pela alta no preço dos alimentos, a prévia da inflação para um mês de novembro, desde 2015, de 0,81%, informou nesta terça-feira (24) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A taxa é 0,13 ponto percentual menor que a registrada em outubro, quando o índice avançou 0,94%. De janeiro a novembro, o acumulado é de 12,1%, enquanto nos últimos 12 meses é de 4,22%. Em novembro de 2019, a taxa subiu 0,14%.

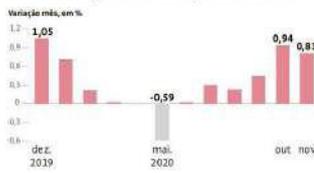
Com o resultado de novembro, o IPCA-15 superou, em 12 meses, o centro da meta de inflação do IPCA, o índice oficial de inflação, para 2020 — 4%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos. É a primeira vez que o cen-

tro do alvo, definido pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), é superado desde fevereiro, quando o índice em 12 meses fora de 4,22%. Nos meses seguintes, antes de voltar a subir, a inflação despencou e ficou, de maio a julho, abaixo do piso da meta para o ano — 0 ponto mais baixo foi o 1,02% de junho.

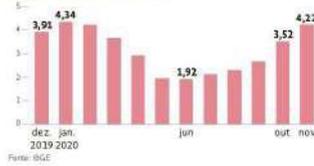
O IPCA e o IPCA-15 têm a mesma metodologia. A diferença é o período de coleta dos preços. O grupo alimentação bebidas subiu 2,26% e foi responsável por influenciar 0,44 ponto percentual do índice geral do mês. No ano, o setor acumula alta de 12,22%.

Os preços dos alimentos para consumo no domicílio foram destaque no mês, subindo 2,69%. A maior influência foram itens importantes no consumo das famílias, como carnes (4,8%), arroz (8,29%), tomate (19,89%) e óleo de soja (14,85%).

Prévia da inflação tem alta de 0,81% em novembro



Variação no acumulado de 12 meses, em %



Fonte: IBGE

(23,27%), tomate (19,89%) e óleo de soja (14,85%).

A economista Julia Passabom, do Itaú, afirmou que a divulgação veio acima do esperado pelo banco, que projetava o IPCA 15 em 0,72%, mas que estava fazendo as pessoas saírem mais de casa.

Diante desse cenário, a alimentação fora do domicílio acelerou 0,87%, puxada pelo item lanche (1,92%), enquanto refeição subiu 0,49%.

"A reabertura da economia provoca alguma normalização nos níveis de preços, com otimismo voltando a ter movimentação, maiores núcleos

de pessoas se movimentando e variações no nível de preço", analisou a economista.

Ela explicou que, com economia se normalizando, os serviços voltam com menos restrições e podem ter efeito de nível de preços, pois os setores permaneceram fechados por muito tempo ao longo do ano.

Todos os demais grupos também tiveram alta: transportes (1%), artigos de residência (1,4%), habitação (0,34%) e vestuário (0,96%), além de saúde e cuidados pessoais (0,24%), despesas pessoais (0,4%), comunicação (0,06%) e educação (0,01%).

Todas as regiões pesquisadas pelo IBGE registraram alta de preços, com destaque para Goiânia (1,26%), influenciada pela alta de 3,25% na gasolina.

Por outro lado, a queda de 1,27% no preço do combustível fez Recife observar a menor alta (0,34%).

Pagamento de tributo adiado faz arrecadação federal ter crescimento de 9,6% em outubro

Fábio Pupo

BRASÍLIA A Receita Federal registrou arrecadação de R\$ 15,9 bilhões em outubro, crescimento real de 9,6% na comparação com um ano antes, impulsionado pelo pagamento de tributos adiados durante a pandemia. Caso esse efeito fosse desconsiderado, haveria uma queda nos números. Foram obtidos R\$ 146 bilhões com a chamada receita administrada (ganhos com tributos, excetuando valores como aqueles obtidos com royalties de petróleo), um avanço de 12,3% em relação a um ano antes. Desse montante, R\$ 16,2 bilhões foram pagamentos de impostos adiados nos meses anteriores.

Retirando o valor obtido com tributos adiados, o valor das administradas cairia para R\$ 129,8 bilhões em outubro. Isso transformaria a variação em uma queda real de 0,89% na comparação com um ano antes. O resultado total da arrecadação no mês também sofreria retração real, de 2% na mesma comparação.

Já a receita administrada por outros órgãos (onde entram fatores como exploração de recursos naturais e royalties de petróleo, por exemplo) foi de R\$ 7,8 bilhões em outubro. O valor representa uma queda real de 24,6% em relação a um ano antes.

Os números sofrem tam-

plado sobre crédito, medida adotada durante a pandemia para baratear empréstimos e que retirou R\$ 2,3 bilhões da receita em outubro. Mesmo em um exercício hipotético que adicione o IOF sobre crédito nas contas, o item não seria suficiente para reverter a queda total na arrecadação do mês.

Técnicos dizem que o nível de atividade ainda sofre com os efeitos da Covid-19. As medidas de distanciamento contribuíram fortemente para o arrefecimento da atividade econômica. Quando você expurga [fatores não recorrentes], ainda assim vai ter um arrefecimento", afirmou Claude-mir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita.

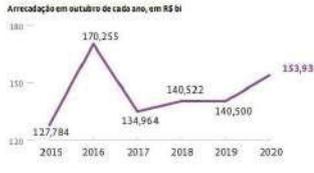
Anac reconhece impacto de R\$ 1,3 bi em concessões de quatro aeroportos

Os valores reconhecidos pela agência, e que serão descontados das outorgas, são de R\$ 854,9 milhões para Guarulhos (SP), R\$ 184,8 milhões para Brasília, R\$ 114,9 milhões para Salvador e R\$ 111 milhões para Confins (MG). Os reequilíbrios ainda precisam de aval da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), do Ministério da Infraestrutura.

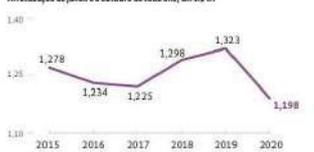
Arrecadação sobe em outubro



Arrecadação em outubro de cada ano, em R\$ bi



Arrecadação de janeiro a outubro de cada ano, em R\$ bi



Fonte: Receita Federal

Aval de Trump para Biden leva Bolsa dos EUA a bater recorde

Júlia Moura

SÃO PAULO O mercado financeiro global teve um pregão de grande otimismo nesta terça-feira (24), levando ações a fortes altas e o índice americano Dow Jones a um patamar recorde.

Investidores reagiram à autorização do governo de Donald Trump para a transição ao democrata Joe Biden, eleito presidente dos Estados Unidos em 7 de novembro. Sem reconhecer oficialmente a derrota, ele escreveu no Twitter que permitia a Administração de Serviços Gerais (GSA, na sigla em inglês) a iniciar os protocolos na noite de segunda (23).

Para seu governo, Biden escolheu a economista Janet Yellen, ex-chefe do Fed (banco central dos EUA), como a próxima secretária do Tesouro do país.

A informação foi divulgada na tarde de segunda pela imprensa americana, mas ainda não foi anunciada oficialmente pela campanha do democrata. Caso a indicação seja confirmada, Yellen, 74, será a primeira mulher a ocupar o cargo.

A escolha também tem gerado ventos favoráveis ao mercado. O entendimento é que a dupla Yellen e Jerome Powell, atual presidente do Fed, poderia promover uma coordenação sem precedentes entre as políticas monetária e fiscal a fim de garantir a recuperação

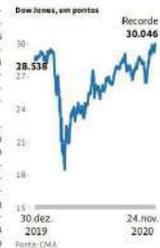
econômica dos EUA da crise da Covid-19.

Em reação a um início do novo governo americano na data prevista e a um otimismo sobre avanços contra a pandemia, os índices de Wall Street subiram nesta terça. O Dow Jones teve alta de 1,54%, alcançando pela primeira vez os 30 mil pontos. Nasdaq e S&P 500 se valorizaram 1,31% e 1,62%, respectivamente.

No Brasil, a Bolsa acompanhou o movimento, e o Ibovespa, principal índice acionário do país, subiu 2,24%, a 109,786 pontos, maior valor desde 21 de fevereiro.

O dólar fechou em queda de 1,28%, a R\$ 5,3770.

Dow Jones sobe 5,3% em 2020 e bate nova máxima histórica



Fonte: CMA

Gestão Bolsonaro não gasta verba da pandemia

Apesar da urgência da crise, dinheiro para contratar médicos, aparelhar hospitais e ajudar agricultores ficou parado

Vinicius Sassine

BRASÍLIA Em pouco mais de oito meses de pandemia do novo coronavírus, o governo Bolsonaro (sem partido) deixou de gastar dinheiro reservado para contratar médicos, reestruturar hospitais, comprar testes de Covid-19 para presídios e fomentar agricultura familiar para doação de alimentos. As informações constam de relatórios da Câmara.

A consultoria de Orçamento da casa lista pelo menos dez ações da gestão Bolsonaro que não avançaram, apesar da abertura imediata de créditos extraordinários. A verba foi liberada por meio de MPs (medidas provisórias).

Os relatórios com a execução orçamentária dos gastos previstos para o combate à Covid-19 tratam, além das ações nas regiões fortemente afetadas pela pandemia, de infraestrutura de hospitais universitários, com finalidade de criação de novos leitos, e hospitais de campanha em presídios.

Os créditos foram gerados dentro do chamado orçamento de guerra. Com ele, há flexibilização das regras fiscais até 31 de dezembro, prazo do estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia do novo coronavírus.

No orçamento de guerra, a pandemia conta com gastos específicos, sem as amarras habituais para a criação de uma despesa. Assim, MPs foram editadas para garantir créditos a diferentes ministérios e órgãos do governo.

O gasto mais expressivo e conhecido do período é o auxílio emergencial, que já soma R\$ 275,4 bilhões. Porém, em outras frentes, o governo não conseguiu gastar o dinheiro destinado para mitigar os efeitos da crise de saúde.

Uma MP em maio destinou dinheiro para o Ministério da Saúde contratar 5.000 profissionais por tempo determinado. Eles deveriam atuar em áreas mais impactadas pela pandemia.

O relatório mais recente da Câmara dos Deputados, com dados até 20 de novembro, mostra que apenas 4,6% do dinheiro foi efetivamente gasto. A pasta ficou autorizada a gastar R\$ 338,2 milhões com a medida. Os pagamentos feitos não chegaram a R\$ 16 milhões.

Na justificativa da MP, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que os gastos se restringiriam ao período de calamidade pública. O texto deixou de ser apreciado pelo Congresso e perdeu a eficácia em setembro.

Em nota, o Ministério da Saúde disse que as contratações de profissionais foram feitas a partir de demandas de estados e municípios, sem especificar quantas e o valor gasto. Esses pedidos devem atender a critérios como a existência de novos leitos para Covid-19 e ocupação de UTIs superior a 70%. "É necessário que a localidade justifique não ter a possibilidade de contratação por meios próprios", afirma.

Já a EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) tem garantidos, desde abril, R\$ 70 milhões. O dinheiro foi destinado para reestruturar os prédios dos hospitais universitários para a abertura de novos leitos na pandemia. A verba também deveria ser usada para a compra de equipamentos médicos. Até agora, foram gastos R\$ 17,1 milhões.

Segundo a estatal, a execução orçamentária ocorre de acordo com a demanda dos hospitais. "Para a liberação e o empenho dos recursos, é avaliado previamente se a destinação dos itens a serem adquiridos será efetivamente para o combate à pandemia. Processos de compra tramitam na EBSERH", afirmou a empresa, em nota.

Para os presídios brasileiros, onde a Covid-19 já matou 224 detentos e 89 agentes penitenciários, segundo dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), foram autorizados R\$ 17,2 milhões para compra de testes rápidos, a estruturação de hospitais de campanha, a aquisição de aparelhos de saúde e os serviços de telemedicina.

Os relatórios da Câmara mostram que o dinheiro é oriundo de uma MP de maio. No entanto, apenas R\$ 2.400 foram efetivamente pagos, via Funpen (Fundo Penitenciário Nacional).

O Departamento Penitenciário Nacional disse, em nota, que uma primeira MP, no valor de R\$ 49 milhões, permitiu a compra de EPIs (equipamentos de proteção individual) e testes para os presídios.

Continuar na pag. B2



Agricultor em Brasília, verbas para agricultura familiar não foram liberadas Pedro Ludovico/Palmeiras

Congresso convida Pazzuelo a explicar testes não usados

A comissão mista do Congresso que acompanha as ações de combate à pandemia aprovou nesta terça (24) convites para que o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, explique as resenhas com laboratórios que desenvolvem vacinas contra a Covid-19 e por que o governo federal não repassou ainda para estados e municípios 6,86 milhões de testes para diagnóstico do coronavírus, que terão seu prazo de validade vencido entre dezembro deste ano e janeiro de 2021. A participação de Pazuello em uma audiência pública da comissão já estava previamente agendada para o dia 7 de dezembro.

BLACK FRIDAY
CASAS BAHIA

MOTOROLA E7 PLUS 64 GB

CÂMERA DUPLA COM SENSOR DE 48 MP / BATERIA PARA ATÉ DOIS DIAS / TELA MAX VISION DE 6.5" HD-

EM 12x SEM JUROS DE

R\$ 99,90 MENSAL NO CARTÃO

PREÇO À VISTA **R\$ 1.198,80** (CADA)

VALIDO SOMENTE DIA 25/11/2020 OU ENQUANTO DURAR O ESTOQUE. NÃO VENDEMOS POR ATACADO. FORMAS DE PAGAMENTO: À VISTA, EM 10 VEZES SEM JUROS NOS PRINCÍPIOS DE CRÉDITO, DOAÇÃO EXCLUSIVA PARA O PRODUTO SELECIONADO, RNF NÃO INCLUIDO. AS OPÇÕES DE PARCELAMENTO COMO O CARTÃO CASAS BAHIA ESTÃO SUJEITAS AOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E ELIGIBILIDADE PELO BANCO EMISSOR. OUTRAS FORMAS DE PAGAMENTO ESTÃO SUJEITAS A ENCARGOS. CONSULTE NOSSOS VENDEDORES.

Mercados globais reagem e vivem um 'supernovembro'

Ibovespa supera a marca de 109 mil pontos e atinge o maior patamar em nove meses

25/11/2020 05h00 · Atualizado 2020-11-25T08:00:51.715Z

1 de 1

Em plena segunda onda da pandemia, o mês deve terminar com a aura de um "supernovembro" para os mercados globais. As ações do índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, subiram 13,8% no mês até agora e ontem o índice fechou no nível mais alto da história, 30.046,24 pontos. A Bolsa de São Paulo acompanhou o desempenho e já subiu 16,85% no mês. A mesma tendência se deu nas bolsas pelo mundo. A cotação do petróleo, a principal commodity global, aumentou 25,94% desde 31 de outubro e ontem chegou a US\$ 47,78 o barril, em Londres (tipo Brent), maior preço desde março.

Ibovespa supera bolsas globais no mês

Dow Jones alcança os 30 mil pontos pela 1ª vez

Preço do petróleo atinge maior nível desde março

Dois blocos de notícias positivas nas últimas semanas explicam esse movimento de

quase euforia. O primeiro tem a ver com a eleição de Joe Biden nos Estados Unidos, seguida agora pela decisão de Donald Trump de reconhecer, na prática, a vitória do democrata e da indicação de personalidades de grande prestígio para o secretariado do novo governo. O segundo se refere à sequência de informações positivas sobre a eficácia das diversas vacinas contra o coronavírus.

Esses dois cenários, apesar do avanço da segunda onda da pandemia na Europa e nos Estados Unidos, abrem caminho para uma possível retomada da economia mundial em 2021. E os investidores antecipam suas apostas.

Na B3, o “supernovembro” se explica, segundo analistas, pelo fato de que a bolsa ficou barata e atraente para os estrangeiros, num momento de grande busca mundial por rendimento. O mercado local sofreu o ano todo com a queda do Ibovespa e a desvalorização cambial. De algumas semanas para cá, o sentimento global mudou e o novo ímpeto lá de fora levou à busca por papéis ligados ao ciclo econômico. Outro impulso vem da procura do investidor por rentabilidade em papéis de maior risco, diante do desempenho negativo das aplicações em renda fixa. “Estamos vivendo momento de grande apetite internacional por risco”, resume Jerson Zanlorenzi, do BTG Pactual digital.

Mais do Valor **Econômico**



Confiança cresce em 22 de 30 setores industriais em novembro, diz CNI

As maiores altas ocorreram em biocombustíveis, couro e artefatos de couro e equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos

25/11/2020 10:35 — Em Brasil

Arrecadação surpreende e tem melhor outubro desde 2016

Números do acumulado do ano ainda são inferiores aos de 2019

Por **Lu Aiko Otta e Edna Simão** — De Brasília

25/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O volume de tributos federais pagos pelas empresas por meio de compensação atingiu a marca de R\$ 23,289 bilhões em outubro, recorde nos registros da Receita Federal. Ainda assim, a arrecadação federal no mês surpreendeu. Chegou a R\$ 153,938 bilhões, 13,4% acima do esperado por agentes de mercados ouvidos na pesquisa Prisma Fiscal e o maior valor para o mês desde 2016.

Foi o terceiro mês seguido em que as receitas ficaram acima de igual período de 2019. Em outubro, o crescimento real chegou a 9,56%. Na avaliação da Receita Federal e da Secretaria de Política Econômica (SPE), isso reflete a recuperação da economia.

A receita total acumulada no ano, R\$ 1,180 trilhão, porém, ainda está 9,45% menor, em termos reais, do que entre janeiro e outubro de 2019. Esse é o patamar mais baixo para o período desde 2010. Questionado se seria possível recuperar toda a perda até o fim do ano, o coordenador-geral de Modelos e Projeções Econômicas da SPE, Sérgio Gadelha, disse que é esperada uma forte expansão do Produto Interno Bruto (PIB) no quarto trimestre. "Isso impactará no desempenho da arrecadação", disse.

As receitas administradas diretamente pela Receita Federal, que não consideram recursos como royalties de petróleo, somaram R\$ 146,081 bilhões, 12,31% acima, em termos reais, que o de outubro de 2019. Descontado o pagamento de R\$ 16,252 bilhões em tributos cujo pagamento havia sido adiado em maio, o resultado teria sido menor que o do ano passado.

A receita administrada de outubro teria sido de R\$ 155,469 bilhões, e a do ano, de R\$ 1,340 trilhão, caso não houvesse fatores atípicos como o diferimento de tributos e o elevado volume de compensações, segundo a Receita.

As compensações tributárias estão este ano 56,77% maiores do que as de janeiro a outubro de 2019. Um dos fatores para isso foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de retirar o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

Os dados mostram um contraste entre os valores acumulados do ano, ainda impactados pelas medidas de isolamento social, e os valores no mês, apontando para uma recuperação da economia.

São os casos, por exemplo, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em outubro, o crescimento real na comparação com o mesmo mês de 2019 é de 17,97%. O avanço é espalhado pelos setores da economia, comentou o coordenador de Previsão e Análise da Tributação, Marcelo Gomide.

No ano, porém, os recolhimentos estão 2,97% abaixo do registrado em 2019. O resultado é influenciado também pelo fato de terem ocorrido, no ano passado, operações de rearranjos societários que impulsionaram a arrecadação desses tributos. Isso não se repetiu neste ano.

O mesmo pode ser visto nas receitas previdenciárias: crescimento de 15,01% em outubro e queda de 9,96% no ano. No PIS/Cofins, o aumento é de 19,97% no mês, mas queda de 16,39% no ano.

O governo está confiante que o processo de recuperação continuará em 2020. Na indústria, por exemplo, a expectativa é que a atividade continue em alta, uma vez que a demanda por bens cresceu e os estoques se encontram em níveis baixos. A utilização da capacidade se encontra acima dos 80%.

Inflação inclusa em rendimento paga IR e CSLL

Superior Tribunal de Justiça (STJ) fechou a porta para empresas que tentavam reduzir a tributação sobre investimentos financeiros

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

25/11/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O Superior Tribunal de Justiça fechou a porta para as empresas que tentavam reduzir a tributação sobre investimentos financeiros. As duas turmas de direito tributário do Tribunal negaram pedidos para retirar a inflação da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido (CSLL).

STJ mantém tributação sobre inflação inclusa em rendimentos financeiros

Os pedidos contavam com uma jurisprudência antiga para excluir da base do IR e da CSLL a correção monetária sobre aplicações financeiras. Por causa de algumas decisões favoráveis às companhias com base nesse entendimento, o tema vinha ganhando força no Judiciário. As empresas pediam que a inflação fosse descontada do rendimento, com o argumento de que inflação não é acréscimo patrimonial, mas mera recomposição.

Porém, segundo os ministros, hoje vigoram o nominalismo e a desindexação da economia e tudo o que se acrescenta ao valor nominal da moeda pode ser considerado rendimento tributável.

Mais do Valor **Econômico**



Pedidos semanais de seguro-desemprego